

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**É A SUA VEZ DE DAR AS CARTAS, JUAN:
A Argentina da década de 1950 e(m) “O Eternauta”**

Lucas Rangel Nunes
Orientador: Prof. Adolar Koch

Porto Alegre – 2018

Lucas Rangel Nunes

**É A SUA VEZ DE DAR AS CARTAS, JUAN:
Argentina da década de 1950 e(m) “O Eternauta”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em História,
pelo curso de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Adolar Koch

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Rangel Nunes, Lucas

É a sua vez de dar as cartas, Juan: A Argentina da década de 1950 e(m) "O Eternauta" / Lucas Rangel Nunes. -- 2018.

84 f.

Orientador: Adolar Koch.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Argentina. 2. História em Quadrinhos. 3. Representação. 4. Campo Intelectual. I. Koch, Adolar, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Para meus pais, Marcia e Jones, para minha irmã Bianca e minha avó, Realda, que sempre estiveram... e estarão. Para meus vários amigos que ultrapassam o limite destas linhas, mas que carrego sempre comigo.

Na verdade, somos esse acumulado de gentes.

“Cada dia é um dia. E o tempo estava alisado. Triste é a vida do jagunço – diria o senhor. Ah, fico me rindo. O senhor nem não diga nada. ‘Vida’ é noção que a gente completa seguida assim, mas só por lei duma ideia falsa.”

João Guimarães Rosa – “Grande Sertão: Veredas”

LISTA DE SIGLAS

CGT – *Central General del Trabajo de la República Argentina*

CLES – *Colégio Libre de Estudios Superiores*

GOU – *Grupo de Oficiales Unidos*, foi uma organização militar secreta de cunho nacionalista, fundada às vésperas do golpe de 1943 promovido por integrantes da própria organização, entre eles, Juan Domingo Perón.

HQs – Abreviação de Histórias em Quadrinhos.

UES - *Unión de Estudiantes Secundários*

UCR – *Unión Cívica Radical*, tradicional partido argentino.

UCRI – *Unión Cívica Radical Intransigente*, composta por dissidentes da UCR.

URCIP – *Unión Cívica Radical del Pueblo*, composta por dissidentes da UCR e opositores da UCRI.

YPF – *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Rosto de Juan Salvo.....	55
Figura 2 – Favalli e a questão dos homens.....	59
Figura 3 – A nave e o chalé.....	62
Figura 4 – A questão.....	63

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a dinâmica dos campos político e intelectual argentino, e seus respectivos agentes, na conjuntura da década de 1950. Através dos apontamentos de Pierre Bourdieu (1989, 1996, 2015), procuramos perceber este momento balizador de organizações políticas, de reflexão do passado e de projeções sobre futuro; perceber suas lógicas de funcionamento, cujas categorias propostas por Reinhart Kossleck (2013,2015) – espaço de experiência e horizonte de expectativas – descrevem, explicam os pressupostos e as disputas dos partidos políticos desta sociedade na década de 1950. Em meio à reformulações político-ideológicas consequentes da deposição de Juan Domingo Perón em 1955 e a perseguição ao partido peronista, o campo intelectual apresenta-se cada vez menos autônomo em sua hierarquia de legitimação, baseando-se em debates ligados ao campo político. Este campo intelectual, cuja definição de Silvia Sigal (1991) compreende os agentes como divulgadores de questões comuns à Ordem Social, pode se estender até as produções mais industrializadas, como as Histórias em Quadrinhos, ou *Historietas*, como são conhecidas na Argentina. Isto se deve à produção diferenciada de Héctor Germán Oesterheld, cujos pressupostos estéticos e argumentativos apresentam um novo tipo de conteúdo, diferencia-se do típico conteúdo estadunidense. Isto é, possui uma relação estreita com sua realidade nacional, e de certa forma, dialoga com a realidade através de seus roteiros, sendo um deles o objeto de nossa análise. “O Eternauta”, escrito entre 1957 e 1959, aborda uma invasão alienígena cujo cenário é a cidade de Buenos Aires; embora seus significados sejam atribuídos em grande parte *a posteriori*, principalmente pela trajetória pessoal do autor, as suas valorações contemporaneizadas são passíveis de serem mapeadas, sem cometermos ressignificações ou reduzirmos a obra à uma espécie de representação ou ilustração de sua realidade política, social e cultural.

Palavras-chave: Argentina, Campo Intelectual, Campo Político, O Eternauta.

ABSTRACT

This Term Paper intent to analyze the political and intellectual Fields dynamic of Argentina society in the 1950's. Through Pierre Bourdieu's concept (1986, 1996, 2015), we try to perceive this determinant moment of Argentina's political articulation and reflection about the past and projection about the future; perceive their operation logics, whose Reinhart Kossleck's categories (2013, 2015) – space of experience and horizon of expectation – describe and explain the assumption and debate of political parties in this society of the late 1950's. Through political-ideological reformulation, based on Juan Domingo Peron's dismissal in 1955, and consequent persecution of the Peronist Party, the intellectual field presents even less autonomy in their hierarchy's legitimacy, incorporating political field's debates. The Intellectual Field, base on Silvia Sigal's concept (1991), describer agents whom interact and produce commom reflections about Social Order, and can even characterize industrial producions, like Comics – in Argentina, also knows as *Historietas*. In 1950's, the differentiated production comes from Héctor Germán Oesterheld's work, whose aesthetic and argumentative presuppositions create a whole new kind of comic's content, quite different from American content. Oesterheld maintains strict ties with national reality, and in a way, dialogues with these reality through its scripts, one of them our object of analysis. "The Eternaut", write between 1957 and 1959, tells the story of an alien invasion, whose scenario is Buenos Aires. Although several meanings are attributed, a large extent *a posteriori*, mainly by the personal trajectory of the author, his personal contemporaneous valuations can be mapped, without resignifications or restricting his work to a representation or illustration regarding their political, social and cultural reality.

Keywords: Argentina, Political Field, Intellectual Field, The Eternaut.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1: Vencedores e Vencidos (ou <i>Apontamentos sobre o campo político da década de 1950</i>).....	11
1.1 <i>1946-1954</i>	11
1.2 <i>1955</i>	18
1.3 <i>Da Revolução (sic) Libertadora à Eleição de Frondizi (1955-1958)</i>	20
1.4 <i>Arturo Frondizi: por um campo político resolvido pelo desenvolvimento</i>	27
Capítulo 2: Sociodicéia Através do Tempos.....	31
2.1 <i>Definição</i>	31
2.2 <i>Reformistas e Antifascistas, e sua antítese (1930-1945)</i>	32
2.3 <i>Intelectuais e a Década Peronista</i>	38
2.4 <i>Revolução Fusiladora e o “Hecho Peronista”</i>	40
Capítulo 3: Eternauta - Viajante do Tempo de seu próprio Tempo.....	49
3.1 <i>Sobre Héctor Germán Oesterheld</i>	49
3.2 <i>Uma cita con el Futuro – El Eternauta</i>	52
3.3 <i>O humanismo de “O Eternauta” ou de Oesterheld?</i>	58
À guisa de conclusão.....	66
Referências Bibliográficas.....	70
Decretos-lei da Revolução Libertadora.....	76
Anexos.....	79
Anexo A.....	79
Anexo B.....	80
Anexo C.....	81
Anexo D.....	82
Anexo E.....	83

INTRODUÇÃO

Quando “O Eternauta” abriu-se em minhas mãos pela primeira vez, pouco ou nada sabia sobre História Argentina. Era parte da avaliação de uma disciplina de História da América a elaboração de um artigo, e na época já me encantavam as Histórias em Quadrinhos; pensei, por que não aproveitar este momento para trabalhar História e Literatura? Relacionar as duas disciplinas não é algo novo no meio acadêmico, mas quanto à Histórias em Quadrinhos, isso é já é outra coisa: geralmente os trabalhos aventuram-se por utilizar as HQs como material didático, ilustrativo para o ensino de História. Pois bem, pesquisei por histórias, tiras de jornal de outros países sul-americanos, e por acaso a obra de Héctor Germán Oesterheld me chamou a atenção. Pouco conhecida no Brasil, adquiri o primeiro volume e o devorei rapidamente. Os longos textos, que sobressaíam-se aos desenhos, não me cansaram, de forma alguma. Queria conhecer a causa da neve misteriosa, ver as feições dos invasores, acompanhar os giros da caminhada de Juan Salvo e de seus companheiros, Favalli, Pablo, Mosca, Franco.

Mas a tarefa à época me intimidou; sobre estética, metodologias de análise do texto nada sabia, e consciente da complexidade do assunto, cedi a ideia de trabalhar a obra à um amigo. Voltei-me a outro assunto com o qual tinha mais familiaridade, visto meu pai trabalhar com fotografias desde jovem - junto a meu avô -, e me debrucei a analisar fotografias do primeiro governo de Juan Domingo Perón. A partir de então desenvolveu-se um interesse imenso para com as relações políticas e sociais que o peronismo produzira – mas também é produto.

Entretanto, a aventura de Juan Salvo nunca saiu de minha cabeça. Tão pouco o destino trágico de Oesterheld, que é desaparecido pela Última Ditadura Militar Argentina, assassinado entre 1978 e 1979. A leitura do artigo de meu amigo, bem como a de outros trabalhos, me fez pretender uma abordagem sobre o período e a obra diferente da usual: como obra de arte, e não apenas como ferramenta de ensino de História Política. Ora, essa “ferramenta” usualmente está atrelada à uma concepção de representação, ou de uma amostra, uma ilustração. Esquece-se das normas que circunscrevem a produção desta “versão”, não se percebe as História em Quadrinhos como resultado de uma série de intenções, regras, recortes, sintonias e aversões. Isto não quer dizer que o meio acadêmico não venha produzindo observações importantes sobre este objeto, como são os trabalhos de Joatan Dutra (2002), Sávio Lima (2008) e Douglas Pigozzi (2013). Mas como se pode ver, é uma iniciativa muito recente.

Qual o objetivo deste trabalho? A partir da problemática de que “O Eternauta” não é uma ilustração do contexto de sua época de produção, me pergunto, o que ele é? Ele se insere,

ou se relaciona com sua contemporaneidade de que forma? Ora, como já dissemos e também veremos adiante, parte de seu significado é construído a *posteriori*, em um contexto político bem diferente do período de sua publicação original, que data de 1957. Alguns trabalhos como o de Cristian Palacios (2012), Sebastian Gago (2012; 2015), Lautaro Cossia (2009), Iván Galvani (2008) e Fernando Garcia e Hernán Ostuni (2008) nos oferecem uma base para perceber estas ressignificações, mas também entrar em contato com alguns aspectos da produção da obra, suas relações com seu período. Isto não quer dizer que tentamos procurar a “essência da obra”, mas buscamos entender seus elementos constitutivos – que podem sem dúvida gerar diversas interpretações – relacionados ao seu espaço de experiência localizado em um período específico.

Que período é esse? Como veremos no capítulo 1, a sociedade argentina encontra-se em um período de intensa – e tensa – movimentação política: o governo de Juan Domingo Perón, fundamentado em um movimento cujo seu nome é inspiração – o peronismo -, durara 10 anos. De 1946 à 1955, diversas modificações descrevem a dinâmica do campo político, isto é, alguns agentes e partidos antes hegemônicos perderam espaço para o massivo movimento do Partido Peronista. Aprofundaremos esta questão adiante, mas para efeitos de introdução, basta salientarmos que um golpe de Estado bem sucedido depôs o governo de Perón, mas não encerrou o debate sobre sua influência, sobre os caminhos a se percorrer no futuro, o que fazer com a antiga massa peronista; enfim, a partir de Setembro de 1955 inicia-se uma longo período de rearticulações político-partidárias, e a problematização da dinâmica sociedade argentina. Tomamos como referência para algumas análises das relações políticas deste período o livro de Robert A. Potash (1994); além deste à época realizar um trabalho inédito sobre disputas internas dos militares da Revolução Libertadora, que são agentes fundamentais deste período, Potash realiza precisas observações sobre os projetos econômicos de diferentes partidos, como também suas disputas internas, relações com outros agentes do campo político, o que nos permite compreender com clareza ímpar as relações do campo. Além de Potash, os trabalhos de Mariana Wiszniacki (2007), Juan Carlos Torre (2002), Pedro Frias (1979), Nicolás Azzolini (2013) e Maria Estela Spinelli (S.D, no prelo; 2005), entre outros, nos auxiliam para a compreensão das lógicas envolvendo diferentes projetos político-ideológicos.

Envolvido diretamente com o campo político no período, o campo intelectual argentino da década de 1950 apresenta uma dinâmica de semelhante convulsão: como veremos no capítulo 2, a autonomia do campo está diretamente relacionada com a interação que seus agentes estabelecem com à ordem do campo político. Esta relação que procuramos

compreender é magistralmente estudada por Silvia Sigal (1991), Beatriz Sarlo (2007), Federico Neiburg (1997), entre outros, os quais tomamos como referência para entender as hierarquias, as instituições e os critérios de legitimidade dos agentes deste campo.

Utilizamos os termos “campo”, “agentes” e “critérios de legitimidade” não por acaso. Tomamos como referencial teórico para a análise das relações do período as observações de Pierre Bourdieu (1989, 1996, 2015) a respeito das disputas pelo poder simbólico, das regras de produção de um campo ou o comportamento dos agentes – orientados pelo seu *habitus*. O mesmo ocorre com o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas”: estas duas categorias propostas por Reinhart Kosseleck (2013, 2015) nos permitem observar a relação que a sociedade argentina estabelece com o tempo – com o passado e o futuro -, e que orienta as disputas político-ideológicas do campo político, mas também do campo intelectual – veremos no capítulo 2 que este campo deveria basear-se apenas pela produção de “cultura”, mas orienta-se gradativamente por critérios externos.

Poderíamos então, seguindo esse raciocínio de que o campo político se relaciona com o campo intelectual, logicamente colocar o “O Eternauta” como produção deste último campo? Ora, não é ele um produto da indústria cultural? Ele não está no mesmo patamar ou no espaço de circulação de revistas da intelectualidade, como *Contorno*, *Qué* ou *Sur* envolvidas com o campo literário tradicional. Entretanto, como veremos no capítulo 3, o fato de ser uma produção seriada, característica principal da Indústria Cultural, não proíbe “O Eternauta” de estabelecer relações com as problemáticas que circulam no Espaço Social Argentino, no qual ele se insere, e sem adiantar conclusões, é produto. Nesta etapa, os trabalhos de Roberto von Sprecher (1998) e Laura Vazquez (2010) nos permitem compreender parte das relações nas quais está estabelecido o campo de *Historietas*, quais as regras e os atalhos da produção da obra.

1. VENCEDORES E VENCIDOS (OU APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO POLÍTICO DA DÉCADA DE 1950)

O campo político, diferentemente dos campos de produção cultural e científica, não pode, pois, se libertar totalmente dos interesses sociais e dos grupos em nome dos quais a política se organiza. Mesmo porque os profissionais da representação agem em nome de representados que eles mesmos contribuíram para fazer existir e unificar (os “trabalhadores”, as “classes médias”, “os jovens”, etc.) (CANÊDO, 2017, p. 90).

Como nosso objetivo principal é perceber o espaço de experiência – ou o Espaço Social - do período em que é escrita a HQ “O Eternauta”, – para perceber seus limites, sintonias, aproximações, regras de produção - nos propomos primeiramente a analisar as questões do campo político que se estendem de 1955 até o ano de 1959, período de tempo que engloba a produção da obra (1957-1959). Para isso, devemos antes percorrer duas etapas: a primeira, mais simples, é dispor agora, de forma simples e cronológica, os governos deste período, nos quais se descrevem as lógicas do campo político que buscamos compreender, tanto para que o leitor tenha conhecimento destes fatos, quanto para salientar que estes delimitam marcos, no sentido de se diferenciarem, mas de igualmente estabelecerem-se em relação ao governo passado. Temos então: o breve governo do General Eduardo Lonardi, de 23 de Setembro à 13 de Novembro de 1955, sucedido pelo General Pedro Eugênio Aramburu, de Novembro de 1955 até 1º de Maio de 1958, quando o Estado Argentino é novamente entregue à um governo civil, do Dr. Arturo Frondizi – que governará até sua deposição, em 1962.

A segunda etapa demonstra-se mais complexa e extensa, no sentido de que para analisarmos os agentes e as relações do campo político deste período, necessitamos perceber como se construiu a dinâmica do campo até aquele momento, em 16 de Setembro de 1955, quando é deposto o governo peronista.

1.1 1946-1954

Em princípios de 1954 o governo de Juan Domingo Perón não aparentava uma crise iminente ou qualquer indício real de perda de sua hegemonia. Seus dois elementos de legitimação e de sustentação do regime – primeiro, o apoio incontestável da classe operária, através dos sindicatos federais e a CGT (*Confederación General del Trabajo de la República Argentina*), administrados por líderes peronistas, e segundo, a lealdade de boa parte das Forças Armadas; no caso da Marinha, cujos oficiais reconhecidamente mantinham laços com classes

repreendidas pelo discurso peronista, como o setor latifundiário, ou que eram aversos à programas sociais do governo (POTASH, 1994), mantinha-se uma inclinação pelo cumprimento da Constituição – pareciam garantir-lhe a estabilidade necessária para a manutenção do poder e até mesmo para lançar projetos econômicos desenvolvimentistas talvez impopulares. Por exemplo: a partir de 1951-1952, passar-se-ia a exercer controle apenas superficial dos preços, impor-se-ia medidas de congelamento de salários, solicitar-se-ia a diminuição do consumo de carne (POTASH, 1994). De todo modo, a economia dava mostrar de recuperação, cujos índices de inflação alcançados nos anos de 1951-1952 de cerca 35% se estabilizariam em 1953-1954, com níveis inferiores a uma cifra (POTASH, 1994, p. 236). As negociações por empréstimos estadunidenses (Banco de Exportações e Importações dos Estados Unidos) garantiriam uma somatória de 60 milhões de dólares para a expansão da planta siderúrgica, e a produção agrícola recuperara-se do déficit de produção e exportação de 1951-1952 já em 1953 – embora não garantisse um aumento dos excedentes no ano seguinte (POTASH, 1994, p. 237).

Mas ao longo do ano de 1955, permeado por embates entre base aliada e antigos opositores, o aparente clima de continuidade é interrompido por um Golpe de Estado em Setembro de 1955. Como se explica, ou de que modo estrutura-se esta força política capaz de não apenas destituir um governo em vias de recuperação econômica, e cuja base de apoio encontra-se na gigantesca cifra da população localizada na classe operária, mas também de manter distante das instituições políticas da Argentina, através de decretos e vetos, o maior partido do país, o Partido Peronista, por mais de 15 anos?

A premissa básica do campo político da Argentina da década de 1950 – que com a invariável modificação dos anos, mas de certa forma permanece hoje – está na dicotomia entre peronistas e não-peronistas – ou de uma forma intolerante, *anti-peronistas*. Um primeiro momento para a configuração desta dicotomia aparentemente simples encontra-se nos enfrentamentos entre diferentes agentes sociais envolvidos em um processo de industrialização nacional ao fim da década de 1930, cujos projetos, ou como define Mariano Wiszniacki (2007), estilos políticos, entram em conflito (WISZNIACKI, 2007, p. 82). Estes agentes sociais formulam-se, ou aperfeiçoam-se, em um contexto de modificações no setor econômico, através da preferência que o General Juan Domingo Perón - integrante do GOU, que gerencia o Estado Argentino após um golpe em 1943 - destina ao empresariado industrial em 1944 enquanto estava ainda no comando do Ministério do Trabalho em 1944-1945, e acumulava uma série de funções, como o de Vice-presidente, estabelecendo uma política econômica que pretendia

romper com a dependência sumária do setor agrário-exportador. Encontrava-se a Argentina, pois, em uma conjuntura que submetia seus possíveis alcances à fatores internos e externos: *externos*, em uma conjuntura de Guerra Mundial cujos impactos econômicos se fazem sentir dentro e fora da Europa, acelerando o processo de industrialização de países como Brasil e Argentina, e este último ao fim da Guerra contava com importantes reservas de divisas, livre da dívida externa e com uma grande demanda, com preços elevados, de suas exportações primárias (TORRE, 2002, p. 44); *internos*, que estabelecem-se na tensão ascendente nos primeiros anos da década de 1940 da relação entre trabalhadores e empresariado, no que diz respeito ao aumento de produtividade e escassez de benefícios. Estes fatores internos que acabamos de citar acabariam por determinar as relações político-social, atreladas à questão econômica, da sociedade argentina, em um período no qual os agentes sociais manteriam uma tensão estabelecida entre uma classe trabalhadora e uma classe burguesa, visto denunciada uma insustentável alienação da classe trabalhadora para com a participação política e representação de seus interesses, tal qual uma “Crise de Participação” (TORRE, 1989).

Deste modo, se formos catalogar os agentes ou grupos que constituem a Argentina ao fim da década de 1940 e toda a década de 1950, a formulação de nosso primeiro agente descrito encontra-se na gradativa e sólida aliança entre Perón, Ministro do Trabalho entre 1944 e 1945, e a classe trabalhadora (TORRE, 2002, p. 49); relação fortalecida ao longo de quase 10 anos de governo constitucional, quando o peronismo articula-se para além de um movimento político, estabelecendo-se como pedra fundamental para a construção de uma identidade coletiva. A partir de então, haverá uma simbiose entre posicionamento político e classe social, quando transfere-se a disputa entre peronismo e não-peronismo como pertencente a todos Espaço Social Argentino (FRIAS, 1979). Mas por ora, basta destacarmos na análise deste agente a importância da aliança entre classe e movimento político, que confere à ela o status de cidadã até então apenas virtualmente estabelecido. Participante das decisões políticas, o movimento se estabelecerá através de hierarquias internas que orientarão a legitimação e os aspectos da identidade de seus integrantes enquanto peronista – hierarquias que estarão em disputa pós 1955, como veremos adiante. Complexo, parte do processo de construção do peronismo também está no fato de a eleição de Perón em 1946 buscar apoio em partidos tradicionais, como certos setores do radicalismo (UCR) e do conservadorismo, evidenciando-se assim algumas primeiras regras do jogo político (TORRE, 1989, p. 14), onde o projeto político de Perón - de atração centrípeta, aliando um viés justicialista com a preocupação de apoio econômico e político de setores da sociedade argentina, - constitui-se como um dos vários

movimentos guiados por líderes personalistas da América Latina. Parcela importante da configuração interna do movimento peronista, a relação paternalista e verticalista ali presente servirá como uma das referências para a estruturação da oposição anti-peronista, já que de forma indiscutível o governo de Perón tanto submeteria a oposição à diversos mecanismos de censura, da apreensão de jornais e periódicos - proibiria a veiculação de propaganda política não-peronista através do rádio -, como nas suas relações internas, entre Governo e movimento peronista, “por su celo autoritário, inició la supresión sistemática de las expresiones de independencia que surgían desde las filas del sindicalismo.” (TORRE, 2002, p. 49).

Se o movimento, a identidade, a ideologia peronista organizam-se a partir de 1946 através de um projeto tanto de industrialização quanto de concessão de direitos e de visibilidade social para os trabalhadores, através dos ditames “Justicia Social, Independencia Económica y Soberanía Política”, qual o posicionamento dos outros grupos ou classes sociais no ritmo nacionalista-popular da Argentina peronista? Em primeiro lugar, é necessário observar o caráter heterogêneo destes agentes. Isto porque estes não provém da mesma classe social, do mesmo partido político ou compartilham das mesmas expectativas econômicas, culturais ou política, mas de uma frente ampla que abarca diferentes setores, com diferentes interesses em jogo.

Começamos pelo Partido Comunista, que com a ascensão de Perón e do movimento peronista perdera expressão na arena política e sindical. Integrante da *Unión Democrática* nas eleições de 1946 – aliando forças com o *Partido Democrata Progresista*, a *Unión Cívica Radical* e o Partido Socialista – modificaria depois sua postura em relação ao governo, voltando-se para o apoio de suas medidas progressistas, mas crítico das posturas reacionárias (MURMIS, 2016). De efetiva expressão marginal, o PC denunciaria as intervenções aos sindicatos feita por Perón, tidas como corporativistas e fascistas, e estava inclinado para o estabelecimento de um regime democrático, percebendo no movimento golpista de 1955 “una composición heterogénea con propósitos disímiles, sobre la que presionaban el imperialismo y la burguesía para imprimir al mismo un curso reaccionario.” (MURMIS, 2016, p. 122), restando-lhe a alternativa de torcer pelas alas progressista da insurreição, e almejar a recuperação da influência no sindicalismo pós-peronista.

Se pouco podemos aprofundar sobre o Partido Comunista, da “Argentina Oligárquica” denunciada por Perón em seus discursos nos mais variados espaços, desde a *Plaza de Mayo* até os transmitidos através de rádio, podemos dissertar em muito sobre suas relações com o Governo Peronista; é agente caracterizado basicamente pelos setores da agricultura que, teoricamente, perdem espaço tanto com o projeto de industrialização no plano econômico,

quanto assentos na Câmara ou no Senado, com as ascendentes vitórias esmagadoras do Partido Peronista. Todavia, se no plano político este isolamento se evidencia em parte, de modo algum o seu papel como motor da economia se encerra. De fato, Noemí Girbal-Blacha (2008) observa esta relação obliterada da memória coletiva, e até mesmo dos trabalhos acadêmicos, destacando as interdependências que um campo possui para com o outro; neste sentido, o projeto peronista de expansão da produção industrial interna nunca prescinde, mas necessita do suporte da produção agropecuária para seu sistema de distribuição de renda (GIRBAL-BLACHA, 2008, p. 69). Beneficiado por controvérsias e acordos de concessão de crédito, os agentes – proprietários e latifundiários – logram espaço estratégico na economia do governo peronista, que necessita estabelecer mecanismo de assistência ao trabalhador rural - que em conjunto com outros setores do campo equivale à 31% dos eleitores, em meados de 1945 (GIRL-BLACHA, 2008, p. 71) –, mas também necessita estabilizar a economia inflacionada a partir de 1951, caracterizando um “retorno ao campo” em comparação a inclinação que tivera até então pela industrialização. Detentores de um capital econômico urgente, a oligarquia agropecuária permanece exercendo influência no campo político no que diz respeito aos acordos possíveis, e necessários, dos planejamentos econômicos do governo peronista; aglutinados estavam nas linhas do *Partido Democrata Nacional*.

Não necessariamente um partido político, mas uma *força política*, conservar o apoio das Forças Armadas, dado o passado de intervenções militares na política argentina, era prioritário para o governo de Perón. Tarefa simples no que diz respeito ao Exército, tarefa impossível em relação à Marinha. Tanto uma política doutrinária, coordenadas pelos ministros de defesa, Sosa Molina, e de guerra, Franklin Lucero, quanto uma vigilância de possíveis movimentos conspiratórios, através da Inteligência do Exército (POTASH, 1994), permitiram ao governo peronista afastar possíveis conspiradores e manter na divisão do Exército a lealdade necessária para o sustento de sua administração. Mas a Marinha, como observa Potash, possuía características tanto técnicas como ideológicas dissimiles das do Exército, sendo inviável a transferência entre postos de comando ou funções, devido aos requisitos de formação técnica, bem como estando vinculados à setores avessos à política peronista, como anteriormente citamos, os comandos da Marinha mantinham certa rivalidade com o status atribuído ao Exército, mantendo sempre um estado de alerta em relação a conduta do governo peronista. Isto tão pouco homogeniza estas organizações, mantendo-se por exemplo dentro do Exército membros de oposição ao governo, como é o caso de Benjamin Menendez, que em 1951 lidera a tentativa de golpe fracassado.

Continuando nossa descrição das linhas anti-peronistas, Leandro Lichtmaje (2016) evidencia algumas questões fundamentais a respeito do campo político argentino que até então não destacamos: em primeiro lugar, ele observa a importância dada pela historiografia recente dos estudos sobre partidos políticos ao recorte regional a ser feito, para que se analise de forma mais adequada as relações internas de cada partido em relação às disputas abrangentes da política nacional; quer dizer, seu estudo sobre a *Unión Cívica Radical* (UCR) de Tucumán, entre 1946 e 1958, permite não apenas perceber as fragmentações e disputas internas do partido - desde o surgimento do peronismo como movimento organizado, até às vésperas da Revolução Libertadora e da divisão interna entre *UCR Intransigente* e *UCR del Pueblo* - quanto sinaliza que os interesses regionais somam-se aos interesses de classe e as perspectivas ideológicas de cada grupo partidário, estabelecendo as disputas internas e interpartidárias:

Aparte de enfrentar a planteles dirigentes dotados de trayectorias y características disímiles, que pugnaron por controlar la estructura partidaria y por definir la estrategia para enfrentar al peronismo en las urnas —adherir a una alianza pluripartidaria o presentarse a los comicios sin el concurso de los demás partidos—, la puja entre unionistas e intransigentes encarnó una disputa de interpretaciones en torno a la naturaleza del emergente movimiento político. En efecto, mientras que el primero enfatizó la defensa de las instituciones republicanas y las tradiciones liberales-democráticas de la Argentina, que vieron amenazadas por el gobierno militar, la intransigencia puso el foco en la renovación de los componentes sociales y económicos de la plataforma partidaria, mostrando una mayor receptividad al proceso de transformaciones sociales, organización sindical y crecimiento en la intervención estatal en la economía desarrollados entre 1943 y 1945. (LICHTMAJE, 2016, p. 376-377 apud ALTAMIRANO, 2001)

Logo, evidencia-se a complexidade do funcionamento, das hierarquias, das disputas e dos critérios de legitimidade pelos quais os agentes destes grupos anti-peronistas definem-se como grupos. Se as características da UCR norteiam-se por posturas democráticas-liberais, que valorizam as instituições tradicionais do Estado argentino, e favoráveis à investimentos estrangeiros, mas atentas à possíveis perdas de soberania – foram críticos ao plano de exploração de 50.000 km² pela *Santard Oil Company de California* proposto pelo governo de Perón em 1954 como alternativa para o alcance da autossuficiência em Petróleo; para o partido Radical, defensor da YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*) como monopólio de extração de petróleo, seria este projeto um atentado à Soberania Nacional (POTASH, 1994, p. 247) - como observa Lichtmaje, as disputas interna da UCR então se concentram próximas à questão da conduta do partido em relação ao governo peronista, até 1955, e mais precisamente na

assimilação dos eleitores peronistas após o golpe de Setembro de 1955 e da proscrição do Partido Peronista.

Poder-se-ia sintetizar, então, que a disputa entre ambos projetos, peronistas e não-peronistas – e dentro deste último, vários outros projetos - estrutura-se e é estruturadora de um jogo político característico dos Estados Nacionais Contemporâneos: primeiro, fazendo parte de um Espaço Social no qual o que está em disputa é o poder simbólico, “[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 14), os grupos partem da certeza de suas valorações simbólicas e materiais; segundo, conforme observa Nicolás Azzolini (2013), estes mesmos grupos compartilham uma gramática que corresponde a uma lógica antagônica, de bem e mal, moralidade e imoralidade, “pueblo y antipueblo”, que percebe sobre a sociedade argentina divisões sociais e culturais que conduzem à desafios de integração, possuem leituras diferentes das funções do Estado e da forma como a sociedade deve se constituir, que orientam todos os grupos a clamarem ser a encarnação legítima de toda a comunidade nacional (AZZOLINI, 2013, p. 194-195). Além, determinados nesta dicotomia entre a *situación* e o *ideal*, dentro do espaço de formulação dos agentes, peronistas ou não, são produzidas leituras sobre a democracia – ora, esta também recebe sua cota de interpretação e representação -, nas quais ambos polos que disputam a representação legítima do povo estão inclinados à uma “legitimidade substancial” – cujo apoio da sociedade, ou da moral, supera os limites da constituição -, em detrimento de uma “procedimental”, conforme seu interesse em jogo e sua posição na hierarquia do campo em determinado período (AZZOLINI, 2013).

Quer dizer, e voltando à epígrafe deste capítulo - quando Letícia Bicalho Canêdo (2017) analisa o conceito de Campo de Pierre Bourdieu aplicado à Política e evidencia uma relação nem sempre aparente, ou óbvia, entre representação política e classe social representada - a estruturação destes agentes políticos, com suas próprias valoração, orienta-se através do “espaço dos estilos de vida” proposto por Bourdieu (2015) - cujo motor gerador define-se pelo *habitus* de classe e cujas condições se estabelecem pelas diferenças (BOURDIEU, 2015, p. 162-164) - quando práticas conduzidas por existências que, invariavelmente, procuram satisfazer gostos e certezas, são naturalizadas. Em uma palavra, cada grupo desta dicotomia política pós-1946 busca em suas próprias experiências, pressupostos, valorações – e a respectiva naturalização destes elementos – determinar seu projeto político como inexoravelmente apropriado. Esta naturalização conduz a tensão deste período.

1.2 1955

Até então descrevemos breves sínteses dos agentes do campo político argentino da década de 1950, sem ainda responder à questão proposta no início deste capítulo - o que elabora a força, o que *motiva* estes agentes a destituir Perón em Setembro de 1955. Quer dizer, críticas às políticas econômicas peronistas, ao controle dos meios de comunicação, a hegemonia nas instituições políticas e sindicais, e até mesmo uma condenação moral que seguia desde ideais da democracia até uma condenação religiosa de práticas do peronismo já eram correntes dentro da oposição. Mas o que articula esta oposição heterogênea de tal forma a se organizar? Algumas propostas, de certa forma não excludentes entre si, procuram explicar este momento.

Em Ezequiel Murmis (2016) encontramos uma leitura das causas do golpe que relaciona os interesses da burguesia e os limites impostos pelos agentes peronistas na política como vetor de tensões; quer dizer, a proposta de Perón no *Segundo Plan Quinquenal*, em 1952 - o qual se inclina a economia para o desenvolvimento na indústria pesada, a captação de investimentos estrangeiros e o aumento da produtividade, e em consequência, a perda de direitos dos trabalhadores – agrada os setores que veem nessas medidas uma chance de aumento de mais-valia via racionalização do trabalho e aumento de produtividade. Todavia, sustenta Murmis, os acordos entre governo e estes setores empresariais, como o de negociação coletiva em 1954 e o Congresso de Produtividade e Bem-estar Social em 1955, não são suficientes para atender os interesses da burguesia, que se organiza para derrubar Perón (MURMIS, 2016, p. 119)

Analisando a conduta do governo provisório constituído após a expulsão de Perón do país em 16 de Setembro de 1955, Maria Estela Spinelli (S.D, no prelo) nos fornece outra mirada sobre as motivações do golpe. O que está claro sobre o período conhecido como Revolução Libertadora encontra-se no questionamento por parte dos líderes do levante e por parte dos intelectuais não necessariamente integrantes do campo político de como devem encarar o “*hecho peronista*”, isto é, encarar as estruturas e as realizações do movimento e do governo liderado por Perón de forma tolerante ou de oposição intolerante (SPINELLI, S.D, no prelo, p.2) – como observamos anteriormente, havendo não-peronistas e anti-peronistas, dentro deste último haviam ainda uma escala de tolerância para com o movimento desprezado. Isto resultará, entre outras coisas, na consolidação de uma leitura básica sobre o que fora o peronismo, seja, um movimento que enganara a massa trabalhadora, mas que para os tolerantes resultara em certos avanços econômicos e sociais que deveriam ser mantidos; já para os intolerantes, à

mesma crença de manipulação no peronismo se soma a demonização do movimento e de seu líder, através da publicação de escândalos de corrupção, denúncias de imoralidade, de posturas condenáveis de Perón com adolescentes, resultando em nada menos que um programa de investigação e de expurgos de indivíduos envolvidos no regime nefasto (SPINELLI, S.D, no prelo, p. 4 – 5), que em alusão à peronização da sociedade ocorrida através dos programas de doutrinação do regime anterior, das instituições e da economia, receberia o nome de “desperonização”. Em síntese, este programa proposto de desestruturação do movimento peronista concerne às motivações simbólicas do golpe, caracterizando a revolução como “libertadora” da degeneração moral e política na qual a Argentina estava mergulhada – visão evidenciada pelo trabalho de Claudio Panella (2000), quando este analisa as críticas do jornal *La Prensa* ao movimento peronista, ou aos textos publicados pelos mais diversos periódicos, como *Sur*, analisados por Beatriz Sarlo (2007), ou novamente Spinelli (2005), complexificando o posicionamento dos governo da Revolução Libertadora.

Robert Potash (1994) traz uma proposta simples, porém elucidativa quando associada à outras motivações, sobre as origens e a força do golpe. Quando Perón lança ao fim de 1954 um projeto de extensão de sua rede de acolhimento estudantil, buscando os estudantes do secundário através da *Unión de Estudiantes Secundários* (UES), bem como desta forma construir a imagem de uma grande família, quando os integrantes da UES visitassem e jantassem na casa presidencial, a Igreja Católica, embora não listada nos agentes políticos acima, interpreta como escândalo os projetos peronistas, já que avançariam sobre uma de suas principais ferramentas de integração confessional. Os sucessivos ataques por parte de Perón à Igreja através do rádio, em novembro de 1954, o acirramento da censura e da proibição de reuniões públicas em dezembro, e a proposta de alteração na Constituição da relação entre Igreja e Estado, programadas para Maio do ano seguinte, forneceram à oposição um aliado se não forte, aglutinador de diversos setores divergentes em conduta, unidos pela aversão ao peronismo (POTASH, 1994, p. 240-241). Para Potash, tanto conservadores – por sua tradição religiosa -, quanto radicais – pela liberdade de associação -, somaram-se aos militares e seus antigos laços com a Igreja – patronos, celebrações da Instituição, concepção da religião como base da sociedade – para conduzir uma sólida, enquanto ímpeto, e também frágil, enquanto projetos caso fosse bem sucedida, oposição ao governo. Além, uma outra observação de Potash explicita talvez a estruturação do peronismo, quando observa que os ataques desferidos por Perón a Igreja católica se explicariam na certeza do governo de não haverem forças capazes de

subverter a ordem que instituíra, bem como não admitia a existência de outra Instituição Independente capaz de mobilizar a sociedade, tal como era a Igreja (POTASH, 1994, p. 242)

Esta última observação de Potash nos permite vincular outro ponto destacado por Spinelli, que define tanto o discurso da oposição – explicitando seus valores – quanto identifica a trajetória do governo peronista, e com isso, sinalizarmos a compreensão das causas do golpe com a qual nos aproximamos. Porque, se as propostas econômicas e doutrinárias do governo peronista convergiam para uma integração da sociedade, e de certa forma, padronização de opiniões, identidades, símbolos com os quais outra parcela da sociedade argentina, tipicamente identificada como oligarquia, burguesia, classe média e liberais - mas que de forma mais objetiva define-se como não-peronista e também anti-peronista - não compactuava, os valores democráticos defendidos pela oposição, que são deveras vagos enquanto sua definição semântica, formulam-se necessariamente na oposição à uma sociedade homogênea cultural e politicamente – e com algum juízo de valor, economicamente -; dito de outra forma, a oposição lança-se à insurreição pelo “direito de discrepar” (SPINELLI, S.D, no prelo, p. 1). Direito este que, como veremos a seguir, deve respeitar os limites de uma conduta moral estabelecida dentro e fora dos ditames da Constituição, não a de 1949 reformulada pelo Congresso peronista, mas a de 1853. Ainda, sobre a questão econômica, e não necessariamente *monetária*, que constitui parte motivacional, é possível observar que

O ressentimento encontra-se, evidentemente, na origem das tomadas de posição reacionárias ou revolucionárias-conservadoras dos pequeno-burgueses em declínio que, preocupados em manter a ordem por toda parte, tanto na moral doméstica quanto na sociedade, investem na indignação moral contra a degradação dos costumes toda a sua revolta contra a degradação de sua posição social [...] (BOURDIEU, 2015, p. 409)

Em síntese, questionamentos de ordem econômica, institucional e moral – em última instância, de ordem simbólica - da sociedade argentina protagonizam entre os argumentos que unem agentes heterogêneos no golpe de 1955.

1.3 Da Revolução (sic) Libertadora à Eleição de Frondizi (1955-1958)

Acertado é definir logo de início como agentes protagonistas deste período inaugurado em Setembro de 1955 as duas antigas bases de sustentação do regime peronista, agora mais do que nunca, em lados opostos. Isto é, o golpe promovido em 1955, como propõe César Tcach

(2007), inaugura um período histórico cujas relações políticas se estabelecem como que de forma “semidemocráticas” - tendo em vista a proscrição do partido peronista -, instituídas em um “parlamentarismo (sic) negro” - devido às ações políticas fora das instituições legais -, e como um “empate”, já que ambas forças centrais da sociedade argentina possuíam o poder de vetar os projetos alheios: sendo inevitável o voto peronista para a vitória de um projeto político, e necessário o apoio das Forças Armadas para a manutenção do mesmo, as relações políticas da Argentina pós-golpe configuravam-se então em um “jogo impossível”. (TCACH, 2007, p. 19)

Conspirações e planejamentos débeis de uma frente heterogênea e de pouca concordância nos rumos que o Estado e a economia deveriam tomar, mas convictas na sua determinação de destituir Perón da presidência, expulsam o presidente e definem o General Eduardo Lonardi em 23 de setembro como presidente do governo provisório de reorganização nacional. De imediato teremos uma primeira amostra da complexa relação existente deste campo político argentino “libertador”. Isto porque, na nada harmônica relação entre as forças militares, o almirante Isaac Francisco Rojas é nomeado vice-presidente do governo provisório, sinalizando o papel fundamental que a Marinha desempenhara na organização e aplicação do levante (POTASH, 1994). Mais do que a rivalidade das duas instituições, as posturas de ambos agentes descrevem as percepções diferentes do que fazer com as instituições “peronizadas”, com o Partido Peronista, com a economia e com a sociedade argentina; o comportamento destes agentes depende da relação que mantêm com a sua realidade e com os outros agentes, diretamente submetida à forma pela qual se constituem como agentes e como enxergam estas relações (BOURDIEU, 2015). Deste modo, o gabinete heterogêneo de Lonardi, tanto pelas pressões de outros agentes quanto pela própria incerteza das decisões a serem tomadas – e das mudanças que deveriam ser feitas - contava de um lado com integrantes ligados à posturas nacionalistas, como os civis Mario Amadeo – voltaremos à ele no capítulo II – no Ministério de Relações Exteriores e Luis Cerruti Costa no Ministério do Trabalho e Previdência, e de militares como Juan José Uranga no Ministério dos Transportes e Juan León Bengoa como Ministro de Guerra (POTASH, 1994, p. 296), e por outro lado, com democratas liberais, desde cedo anti-peronistas, localizados no gabinete do Ministério do Interior e Justiça, cujos esforços de Eduardo Busso e Carlos Muñiz inclinavam-se por frear qualquer domínio nacionalista no governo – preocupação compartilhada por setores militares radicais do governo, como Teodoro Hartung, ministro da Marinha, Arturo Rial, Subsecretário das Armas, e o próprio vice-presidente, Rojas.

As palavras de Lonardi em seu discurso de posse em 23 de Setembro e que inspiram o título deste capítulo denunciam dois momentos das intenções dos revolucionários: o primeiro, mais ligado à postura de Lonardi em relação às antigas estruturas peronistas e a economia argentina, revela a intenção de negociar com estes agentes, não interferindo nos sindicatos e na CGT, articulando integrantes em seu gabinete que entendiam um peronismo sem Perón como o remédio para o movimento, esboçando uma postura que seria vista como continuísta pelos anti-peronistas intolerantes, e posteriormente atacada por líderes socialistas e radicalistas (UCR), inclinados pelo desmantelamento da estrutura sindical peronista (NOVARRO, 2010, p. 24); segundo, quando pronuncia “*ni vencedores ni vencidos*”, frase do General Juan José de Urquiza logo após a *Batalla de Caseros* em 1853, Lonardi sinaliza uma tentativa de integrar a sociedade argentina aos moldes antigos de sua identidade nacional, com seus valores democráticos e liberais, intenção reforçada no governo de Aramburu, com a revogação da Constituição de 1949 – alterada pelo governo peronista – e restaurando a de 1853, através de decreto em Abril de 1956. Como observamos anteriormente, Spinelli indica um ideal da oposição localizado no direito de discrepar, e pontualmente destacamos a limitação deste direito.

Um exemplo ilustrativo: o fio condutor da Revolução Libertadora encontra-se não tanto na obrigatoriedade de uma hipotética opção A sobre uma também hipotética opção B, mas no veto que os agentes anti-peronistas intolerantes instituíam para qualquer posição que se aproxima-se das características básicas ou que representa-se uma chance de retorno à ordem peronista; ou seja, entre várias possíveis opções (A, B, C, D e etc), nenhuma poderia se aproximar de uma opção P – de peronista. É com essas limitações de condutas possíveis que se elaboram as fricções dentro do governo provisório, onde mesclam-se tanto valores a serem perpetrados – a dissolução do pesadelo peronista – como interesses e ideologias – de classe, de instituição militar – com os quais Lonardi não pudera manejar, seja pelas suas próprias errôneas medidas, seja pela frágil estrutura política provisória, seja pela ausência de mecanismos de negociação dentro do governo, levando a sua “renúncia” entre os dias 11 e 12 de novembro de 1955 (POTASH, 1994, p. 305). Como bem observa Tcach (2007), os ensaios políticos de Lonardi, deixados indefinidos, configuram os problemas centrais dos próximos 18 anos, sejam econômicos, sociais ou políticos.

Se Lonardi figurava entre as fileiras tolerantes dos revolucionários, Pedro Eugenio Aramburu pertencia aos anti-peronistas intolerantes; a partir de sua posse em 13 de Novembro, inaugura-se um não tão novo período das relações entre o governo provisório e o peronismo.

Isto porque, logo após o golpe, já iniciava-se um processo de expurgos de cargos públicos e de Ensino Superior de qualquer suspeito ou convicto partidário do regime deposto (NEIBURG, 1997). Mas antes de descrevermos os decretos anti-peronistas de seu governo, precisamos observar os mecanismos de sua formulação. Visto que o governo de Lonardi fora permeado pela difícil tarefa de articular diferentes interesses e pressões, não que estas desapareceram, mas foram institucionalizadas em duas juntas voltadas para a condução do governo, afim de organizar um regime estável de reorganização nacional. A primeira delas, procurando estabelecer um balanceamento entre as instituições militares, principalmente devido às pressões da Marinha do vice-presidente Rojas, constituiu-se no Conselho Militar Revolucionário, resultado de um acordo que basicamente balizaria as condutas e as intenções do governo provisório. Isto é, com o comprometimento das três instituições militares – Exército, Marinha e Aeronáutica -, a proposta básica definia-se pela dissolução sistemática e institucionalmente fundamenta da estrutura peronista e a restauração democrática do país em um prazo curto de tempo (POTASH, 1994). A segunda, que dizia respeito à outra pressão política, acomodava os agentes dos partidos políticos tradicionais, nomeando-se Junta Consultiva Nacional. Como sustenta Spinelli, a abertura conferida à civis na condução do governo provisório frearia os objetivos restauradores das Forças Armadas, não apenas pelo fato das medidas de desperonização serem criticadas por outros agentes políticos de partidos tradicionais devido à sua violência (SPINELLI, S.D, no prelo, p. 25), mas por estarem ao alcance de pressões e influências setores decisivos da administração do Estado - inclui-se a inclinação de militares para um ou outro partido – que destoavam das características estritamente *profissionais* atribuídas às Forças Armadas (POTASH, 1994).

Mas se o intuito da Revolução era reorganizar o país, política, econômica e culturalmente, de que forma está colocada a organização – e já tivemos uma antecipação de concepções - desta iniciativa de “desperonizar” a sociedade? O Decreto 3855 de 24 de novembro de 1955 proscree o Partido Peronista em todos os níveis de atuação do país; O Decreto 4161 de 5 de Março de 1956 proíbe o uso de símbolos, propagandas e nomes de afirmação da Ideologia Peronista; O Decreto 4258 de 6 de Março de 1956 inabilita a ocupação de cargos públicos políticos e autoridades do Partido Peronista proscrito; O Decreto 3032 de 16 de Novembro de 1955 determina a incorporação de um interventor militar, Capitão Alberto Patrón, na CGT para sua conseqüente normalização; O Decreto 7107 de 19 de Abril de 1956 inabilita o exercício de cargo sindical pessoas que tenham exercido semelhante cargo durante o governo de Perón; O Decreto 9270 de 23 de Maio de 1956 suspende o Estatuto Sindical

Peronista e determina novo Regime de Associações Profissionais. Através de medidas, das quais podemos mapear seus valores articuladores, evidenciam-se as leituras sobre o que fora o peronismo realizadas pelos setores anti-peronistas, que via de regra são discursos dispostos abertamente por seus agentes revolucionários de 1955, ou dos opositores do governo de Perón antes do golpe. Em Spinelli (2005) encontramos uma primeira síntese:

Consideraron al peronismo como “la mala copia del nazi fascismo” en todo aquello que tenía de resabio de caudillismo, política criolla, pero sobre todo de “vulgaridad” – decían – de su personal político y la apelación a los sectores populares en su propio lenguaje. (SPINELLI, 2005, p. 188)

Logo, o que norteia a Revolução Libertadora é a própria “libertação da Argentina” de um desvio moral e político gerado pela ascensão do peronismo; isto, claro, é a proposta inicial dos setores conservadores e liberais da sociedade, de agentes que identificam no movimento personalista de Perón as facetas do nazismo europeu recém derrotado e um *perfil totalitarista e manipulador das vontades individuais do cidadão argentino*. “Libertação” que requer, todavia, um corte de direitos sociais estabelecidos através da Constituição de 1949 – direito de trabalho, à educação, saúde, combate ao racismo, soberania, papel do Estado – que reestabelecidos na urgência do artigo 14 bis da Constituinte de 1957, revelam o caráter liberal e conservador da constituição de 1853, bem como de seus defensores - sejam militares, sejam civis – e descrevem o ritmo da economia que o regime liberal capitalista está disposto a seguir, cedendo espaço para determinados direitos para a manutenção de seus interesses (ARMIÑANA, 2001, p. 38)

Convictos do risco da presença do Peronismo na classe trabalhadora, o governo de Aramburu e Rojas veicula após a sua posse em 13 de novembro os Decretos 3032, 7107 e 9270, que interferem diretamente no funcionamento dos sindicatos, cujas relações estabelecidas através da lógica peronista deveriam ser extintas; do mesmo modo, os decretos que inabilitavam peronistas de assumir cargos públicos e da utilização de símbolos e até nomes dos antigos líderes pretendiam evitar a restauração do regime deposto, fosse no funcionamento administrativo, fosse na alimentação da identidade peronista. Mas a relação entre governo provisório e sociedade argentina - a massa peronista e a os resquícios institucionais do regime anterior - não é facilmente resolvida, sendo o resultado de sua vigilância e punição inversamente determinante para o comportamento do movimento peronista. Isto é,

No hubo, entonces, un momento de vacilación en lo que se refiere a la lealtad al peronismo. Ni socialistas ni comunistas pudieron desafiar eficazmente esa fidelidad. El gobierno de Aramburu y Rojas, con sus ataques a las comisiones

internas, su generalizado revanchismo en la base fabril y la ofensiva contra las condiciones laborales, expresaba con mucha claridad para los trabajadores lo que estaba en peligro de perderse y el contraste con la época de Perón. De ese modo, reforzaba la identificación de Perón y el peronismo con las experiencias obreras concretas. (JAMES, 2007, p. 124)

Esta manutenção se deve, talvez, à dois básicos motivos: primeiro, à demora do governo provisório de aplicar ferramentas que eliminassem os líderes locais e o próprio Perón - que podendo se reestabelecer no Paraguai e depois se refugiar em diversos países que lhe ofereciam exílio, manteve à distância uma base que comandaria a resistência no país (NOVARRO, 2010, p. 14) – quando manteve-se um tom conciliatório por horas aceito por líderes sindicais e que atendia a ala nacionalista do governo de Lonardi, já que esta percebia de forma positiva a manutenção dos peronistas nos sindicatos como ferramenta para salvaguardar estes de um avanço da influência comunista – estas aversões antigas se extremam em tempos da Guerra Fria (JAMES, 2007, p. 120). Segundo, e mais determinante, a experiência Peronista já estava profundamente associada à identidade da classe trabalhadora, que apropriara-se – digo, leu e conferira um [novo] significado (CHARTIER, 2002, p. 68) – de uma concepção do papel do Estado que encontrava-se no dever de assegurar a harmonia social e moderar os excessos dos interesses de classe, bem como exercitara um posicionamento consciente – obviamente, com seleções do passado nem sempre realistas, mas condizentes com seus interesse presentes – de seu poder como agente social e político (JAMES, 1985, p. 22).

Assim, tanto governo provisório como outros partidos políticos, intelectuais e setores da sociedade tiveram de lidar com uma força ou agente social e político, ainda que proscrito, de proporções determinantes para qualquer tomada de decisão, de processo de redemocratização ou de acionamento de uma política econômica de austeridade. O “simples” fato de haverem recorrentes atentados à ordem por parte dos grupos peronistas em diversas províncias do país, as greves com as quais Aramburu negociava à revelia das posições da Junta Militar (POTASH, 1994), ou a tentativa frustrada de golpe de Juan José Valle, militar não-peronista mas que contava entre seus apoiadores com civis peronistas em junho de 1956 – conhecida como “*Operación Masacre*”, através do livro de Rodolf Walsh – evidenciam a impossível tarefa à qual a Revolução Libertadora se inclinava cumprir, que acaba por aproximar ainda mais a classe trabalhadora e o peronismo, configurando-o como agente fundamental deste período..

Quando observamos que a permanência do peronismo como movimento articulador da classe trabalhadora não necessariamente significava sua coerência interna como um todo - tanto

a distância de Perón, quanto a ascensão de uma nova liderança nos sindicatos, fruto da perseguição do Estado e da desvalorização dos líderes que teriam permitido a queda de Perón - , existindo um espaço dentro do peronismo de disputa pelas formas de resistência e articulação para com o governo provisório (RECALDE, 2009), podemos identificar também nesta instabilidade interna do movimento a pretensão de outros agentes do mesmo período, e com isso, a própria modificação de sua definição. Dada a importância do voto peronista na Assembleia Constituinte de 1957 - que fracassara enquanto versão definitiva de uma nova e sólida Constituição, mas revelara a força do voto peronista em qualquer eleição futura, visto os mais de 2 milhões de votos em branco articulados pelo pedido, ainda que tardio, de Perón aos leais peronistas (POTASH, 1994) - um dos vários partidos políticos que disputavam as eleições marcadas para o ano seguinte lançou-se na tentativa de cooptar a massa peronista. Isto é, se por um lado os objetivos da Revolução localizavam-se na intenção de fazer com que estas massas trabalhadoras e peronistas fossem absorvidas por um sistema democráticos, com valores democráticos (TCACH, 2007), a continuidade da identidade peronista lançava o desafio dos partidos políticos ganharem a futura eleição tão apenas com seus afiliados; e com “partidos políticos” nos referimos, basicamente, à UCR.

Já há algum tempo o partido disputava internamente sua liderança, entre nomes como Arturo Frondizi, Ricardo Babín, Amadeo Sabattini ou as fileiras do *unionismo*, e o rompimento definitivo estabelecer-se-ia no ano de 1957, quando os integrantes do partido se dividiram entre UCR Intransigente (UCRI), sob a liderança de Frondizi e UCR *del Pueblo* (UCRP), de Balbín, à previa da Assembleia Constituinte. Enquanto a UCRP articular-se-ia mais próxima da continuidade do governo provisório, seja no plano econômico e em relação ao peronismo, a UCRI de Frondizi articulava um projeto de captação de eleitorado abrangente, como uma frente ampla, cujos objetivos centravam-se na integração da sociedade e no desenvolvimento econômico, em uma espécie de proposta multiclassista (POTASH, 1994, p. 357).

Aparentemente, os integrantes do movimento peronista e o próprio Perón não pretendiam estabelecer alianças com quaisquer partidos, fosse em sua fase inicial de resistência militarista (RAIMUNDO, 2012), fosse na fase de subversão da ordem. Porém, como sustenta Potash, a aliança estabelecida entre Frondizi e Perón entre janeiro e fevereiro de 1958, às vésperas das eleições, produziu-se tanto através dos trabalhos pessoais dos assessores de ambos – Rogelio Frigerio do lado de Frondizi, John William Cooke, de Perón – como da necessidade de líder máximo do movimento peronista de manter-se em tal posição, devido às inevitáveis e arriscadas disputas internas do movimento (POTASH, 1994, p. 358). Quaisquer que tenham

sido as motivações que originaram o pacto entre estes agentes, sua aliança ordena uma série de fatores para o campo político daquele ano e dos seguintes, visto que, por um lado Frondizi assumia uma série de promessas para com o movimento peronista e a classe trabalhadora – quais fossem, o aumento de salários, a autonomia da CTG, anistia, novas eleições em um prazo de 2 anos, uma possível legalização do Partido Peronista –, como também estabelecia uma tensão com os outros partidos políticos e esferas anti-peronistas intolerantes do governo provisório e das Forças Armadas, receosas de qualquer peronização de Frondizi e ou do retorno do regime deposto (POTASH, 1994, p. 365).

1.4 Arturo Frondizi: por um campo político resolvido pelo desenvolvimento

Para concluirmos este primeiro capítulo, cujos objetivos foram identificar os agentes políticos da década de 1950 e de expor as valoração, critérios de legitimação e relações que permearam o campo político entre os anos de 1955 e 1959, nos resta observar o governo de Arturo Frondizi, da UCRI, eleito com mais de 4 milhões de votos nas eleições de 1958, e sua interação direta com os dois agentes fundamentais da sociedade argentina dos próximos anos: a classe trabalhadora e Forças Armadas.

Às vésperas de sua posse em 1º de maio de 1958, Frondizi já encontrava-se com múltiplos desafios no que diz respeito à economia argentina, mas também à manutenção da ordem constitucional; devendo respeitar as medidas determinadas pelo governo provisório anterior, seja, a exclusão da vida política do movimento peronista – acordo efetuado ao fim de abril de 1958 (POTASH, 1994) –, mas também cumprir os acordos estabelecidos com Perón, aliança que lhe garantira a vitória esmagadora, o governo de Frondizi conduz-se por um campo político em declarada tensão e inconstância, cujos valores estão em disputa, hierarquias que respondem à diferentes normas.

Conforme descreve Pedro Frias (1979), a proposta *frondizista* de desenvolvimento econômico centrava-se em uma resposta única para a sociedade argentina em disputa; quer dizer, preocupada em satisfazer múltiplos interesses, dado o seu perfil multiclassista, o desenvolvimentismo configura-se tanto como objetivo que ultrapassa qualquer posicionamento político ou ideologia, como igualmente pretende justificar qualquer medida que fosse tida como desfavorável como na verdade um mal necessário, estando o projeto acima da sociedade (FRIAS, 1979, p. 353). Sem surpresas, encontraremos uma heterogeneidade nas medidas do governo de Frondizi: se por um lado cumpre parte do acordo com Perón, seja, a anistia política

– através da lei 14.436 de 23 de Maio de 1958 -, reformula a Lei de Associações Profissionais, concede aumentos salários, por outro lado lança propostas para atrair capital estrangeiro, projetos de privatização de empresas como a YCF (carboníferos), aprova a polémica legalização de Universidades Privadas – voltaremos a este aspecto da política de Frondizi no segundo capítulo –, eleva as patentes e o valor simbólico atribuído à Pedro Eugênio Aramburu e Isaac Rojas – lei 14.441 de 23 de Junho de 1958 -, acerta acordos problemáticos com as companhias de energia. Frondizi inclina-se por manejar as pressões e os agentes de forma à manter uma clima aceitável de negociações (POTASH, 1994, p. 378-379).

Negociações. O Argentina política de 1958 configurava-se então através de uma maioria de deputados e senadores integrantes da UCRI no governo, ainda que sensíveis às determinações do executivo, influenciada pelas observações racionalistas e desenvolvimentistas de Rogelio Frigerio; por integrantes da UCRP, que observavam na concessão de Petróleo secretamente negociada por Frondizi e apresentada apenas em 17 de julho do mesmo ano uma traição dos ideais básicos do partido Radical, quando é preciso destacar a própria virada de Frondizi nesse aspecto, que nos anos de 1954 e 1955 fora ferrenho opositor da semelhante proposta de Perón em negociar a YPF (POTASH, 1994); contava com a força sindical e de seus líderes peronistas, dentro e fora do país, capazes de exercer pressão; por fim, fora da administração civil, contava com os agentes do Exército, que sinalizavam um alerta em relação às medidas aparentemente verticais do governo em relação à classe trabalhadora que lhes parecessem populistas e aversas à conduta da Revolução Libertadora, descrevendo assim um campo cujas negociações demandadas pelos agentes representavam uma sociedade dividida. Logo, esta condição resultará determinante na política de Frondizi em selecionar protagonistas políticos que

Debían serlo políticos de carrera, sindicalistas y empresarios, del peronismo y del no peronismo, decididos a complementar la participación política de Yrigoyen y la movilidad social de Perón con una actitud democrática (no meramente liberal), favorable a una elevación colectiva de los niveles de vida, con un criterio moderno de toma de decisiones: la aceptación del cambio como solución habitual. (FRIAS, 1979, p.366)

Este argumento nos conduz para duas últimas observações que dizem respeito não apenas a este cenário de redemocratização, mas de antigas disputas por igual: *primeiro*, destacamos a percepção desenvolvimentista de Frondizi diretamente relacionada com a perspectiva evolucionista da sociedade; em *segundo lugar*, é possível afirmar que a sociedade

argentina do governo de Frondizi depara-se com uma democracia política que depende fundamentalmente da conciliação da industrialização com as expectativas sociais novas em relação às da ascensão de Perón ao poder em 1945, conciliação fracassada e que somente aumentaria a polarização da sociedade, cívica e política (FRIAS, 1979, p. 364).

Isto é, estabelecendo-se através de um horizonte de expectativas e um espaço de experiências (KOSSELECK, 2015), conceitos que balizam as tomadas de decisão políticas, e permeados pelos interesses de classe e seus *habitus* que norteiam a disputa pelo poder, tanto simbólico quanto da força física (BOURDIEU, 1989), a sociedade argentina pós-1955 estabeleceu determinada relação com o passado e com o futuro conforme seus interesses. Militares, latifundiários, empresários, profissionais autônomos, intelectuais e políticos tradicionais pretendiam a retomada da estrutura social e política que antecederia o golpe de 1943 promovido pelo GOU, àquela que pouco tempo depois se transformaria ainda mais, através da formação do movimento peronista, com suas medidas econômicas, políticas e sociais. A Revolução Libertadora significava para esta parcela anti-peronistas o retorno dos ideais e dos valores com os quais se construiria a ideia da nação argentina e de civilização, corrompidos pelo nefasto regime de Perón, que ameaçava retornar se não fosse esquecido; falida a tentativa sistemática, caberia a manutenção da vigilância por parte das Forças Armadas garantir a distância saudável das pretensões peronistas no governo de Frondizi, com o qual manteria uma relação um tanto quanto tensa, visto a sua exclusão retórica no discurso de posse do presidente, que lhe conferia tão apenas o dever profissional de garantir o cumprimento da Constituição e a não intervenção nas funções da administração civil (POTASH, 1994).

A parcela peronista ou favorecida pelas políticas de Perón, a partir de 1944, não desejava retornar às relações pré-peronismo, ou seja, 1943, mas de recuperar a sua realidade favorável e os horizontes que com o governo de Perón lhe pareciam possíveis, ainda que tenham sua parcela de idealização e de recorte, como observa Daniel James (1985). Essa proposta de recuperação de seu passado configurou-se como expectativa através das propostas de golpe ou de subversão ao longo da Revolução Libertadora, ou da negociação entre Perón e Frondizi e que poderia lhe permitir uma série de melhorias, mas que demonstraram-se fracassadas, como demonstra a Crise de Laboral de Novembro de 1958, quando o governo decreta Estado de Sítio e repressão do movimento sindical ligado às companhias energéticas, o Plano de Estabilização junto ao FMI e ao BM em dezembro de 1958, através de uma política de austeridade econômica, ou da semelhante repressão no caso do Frigorífico Lisandro de la Torre, no bairro de Mataderos em janeiro de 1959, culminando no rompimento oficial do acordo com Perón em junho de 1959.

Constituir um governo e sua legitimidade fora dos embates políticos e ideológicos tornara-se impossível (NOVARRO, 2010), já que o passado recente demonstrara ganhos materiais e políticos relevantes demais para qualquer apaziguamento simples

É neste cenário de leituras do passado, de propostas para o futuro, de experiências e expectativas que também o Campo Intelectual Argentino da década de 1950 se orienta, estabelecendo-se em relação à sociedade e ao Campo Político. É dele que falaremos à seguir.

CAPÍTULO 2: SOCIODICÉIA ATRAVÉS DOS TEMPOS

2.1 Definição

Para compreendermos algo sobre os agentes e a estrutura do Campo Intelectual Argentino da década de 1950, precisamos antes definir o que constitui o perfil do agente deste campo; porque, na medida em que todos exercitam leituras, formulam opiniões, confrontam ideias, estas práticas que dizem respeito ao intelecto não são por ora suficientes para inserir determinada indivíduo à um círculo de pessoas tidas como intelectuais. Conferir, e adquirir, uma posição no campo não é um processo simples.

As proposições a respeito da estruturação do campo literário realizadas por Pierre Bourdieu (1996) estabelecem uma metodologia para a compreensão das produções culturais, quer dizer, orientam-nos a procurar perceber a posição do campo intelectual no Campo de Poder, a sua estrutura interna, a gênese dos *habitus* de seus agentes (BOURDIEU, 1996, p. 243), através das quais podemos mapear os critérios de legitimidade ou de legitimação de um autor e de uma obra – posicionamento para com os valores internos e as pressões de campos englobantes. Os indivíduos inseridos e posicionados dentro do campo, através de regras que devem ser identificadas para a compreensão de sua estrutura, foram então analisados por Silvia Sigal (1991) em seu estudo balizador da historiografia argentina sobre o campo intelectual da década de 1950, cuja perspectiva de análise talvez prematuramente revele o motor de funcionamento deste Campo, ao dizer que

Um rasgo singulariza las actividades que aqui interesan: son discursos y prácticas que se apoyan em la posesión de un saber para legitimar pretensiones de intervención em la esfera social – ideológica o política -. No nos interesan, entonces, los intelectuales em tanto creadores, educadores o profesionales, sino como agentes de circulación de nociones comunes que conciernen el orden social. (SIGAL, 1991, p. 19) [grifo nosso]

A definição de Sigal de intelectual, estabelecida através da metodologia *bourdiana*, nos orienta na compreensão das questões referentes a este campo, questões que centram-se de forma latente durante os anos peronistas e pós-1955 na disputa pelo poder simbólico e de construção da ordem social, cujas valorações, e com isso as articulações dos agentes, constroem-se de forma sincrônica – campo político e campo intelectual. Ora, como bem destaca Roberto von Spercher (2007) através de sua retomada dos conceitos de Bourdieu, os intelectuais podem transitar dentro dos espaços de luta simbólica, ora aliados aos Dominantes – dominados a *fortiori*-, ora aliando-se aos dominados a *priori* – exercendo uma papel de dominação nesta

relação (von SPRECHER, 2007, p. 38-39) -, e assim participarem da elaboração do Espaço Social sem estarem fixados apenas em seu campo específico, tão pouco em uma única relação de poder, tão somente. Em uma palavra, a relação entre Campo Intelectual e Campo Político na Argentina se estabelece de forma que o segundo limita a autonomia do primeiro através de diferentes momentos, de intervenção Estatal ou política nas instituições de produção cultural, mas talvez mais determinante, na interiorização de elementos de análise político-ideológicos trazidos através de uma representação dos mesmos, que sendo externos ao Campo Intelectual, são *incorporados pelos próprios intelectuais* (SIGAL, 1991, p. 34-35). Este processo de incorporação de valores representados – seja, a gênese de seu referente encontra-se em outro campo com processos de formulação diferentes – ficará nítido quando analisarmos 3 diferentes momentos da trajetória do Campo Intelectual, que convergem na estruturação do período de nosso interesse maior, quando há um giro de leitura, e logo, de posicionamento frente não estritamente à produção cultural, mas à função do intelectual nas disputas do espaço social argentino da Revolução Libertadora e de sua relação com o peronismo. Os embates entre obras e grupos de autores ao longo da década de 1930 e 1940, que por si só configuram um dos momentos da dinâmica interna de hierarquização e de busca por legitimação deste Campo, inauguram nossa análise como parte constituinte da Estrutura do Campo Intelectual da década de 1950.

2.2 *Reformistas e Antifascistas, e sua antítese (1930-1945)*

Se diferentes agentes, inseridos em sub-campos de produção cultural, participam do Campo Intelectual na produção de conceitos que pretendem compreender a realidade e lhe dar um *sentido*, é justamente sobre a questão de *sentido* que podemos estabelecer o primeiro momento de análise deste campo: dado o ano de 1929 como marco conjuntural, visto a crise da bolsa de Wall Street, toda a década seguinte demonstrar-se-ia como um período de grande ruptura da realidade Argentina, seja política, econômica ou cultural. Orientada até então por um ritmo ou projeto ou direção tida como inexoravelmente correta, as futuras produções ou intervenções culturais inclinavam-se por responder, arrogando a legitimidade ou exatidão, os motivos pelos quais

Se había quebrado irremediavelmente la matriz em la cual las naciones del siglo XIX construyeron una nueva definición institucional de las relaciones entre sociedad y política; relaciones que habían quedado organizadas en torno a los regímenes constitucionales, los parlamentos y los partidos políticos, y cuya premissa básica era el individualismo. (TERÁN, 2008, p. 228)

Surgidas com a premissa de responder à questão que reorganizaria a sociedade argentina, perspectivas como o *revisionismo histórico*, algumas revistas de “irradiação da cultura”, mas inclinadas gradativamente à responderem questões de outra ordem, e a elaboração de uma *esquerda argentina* reorientam a produção cultural e evidenciam algumas regras de sua produção, bem como demonstram as relações entre campo político e intelectual.

O revisionismo encontra seus primeiros articuladores em intelectuais nacionalistas ou de direita católica, no Partido Democrata Progressista, através de revistas como *La Nueva República* – que contava com Lisandro de la Torre entre seus expoentes, e era dirigida por Rodolfo Irazusta a partir de 1927 – ou revista *Critério* (1928). Através deste revisionismo do passado, a história argentina passava a localizar-se no centro do debate político, assumindo, talvez, a função historiográfica uma *função política* (TERAN, 2008, p. 239). Assim, uma série de locais de produção e divulgação cultural se instituem no afã por combater os princípios liberais de organização nacional, fosse através dos “Cursos de Cultura Católica” ou o Instituto de Pesquisas Históricas Juan Manuel Rosas (NEIBURG, 1997, p. 120). Mais tarde aprofundaremos a respeito da importância de um resgate da figura de Rosas por parte do setor nacionalista dos intelectuais e dos partidos políticos, ao longo da década peronista e principalmente a partir de 1955, mas agora basta destacarmos que a revolução de 1853, com a derrota de Rosas e a vitória de Sarmiento e da constituição liberal do mesmo ano se define a execração da figura do primeiro, através de uma definição de sua política como demagógica, definição que possui resquícios de preconceito racial e social. Por ora, voltemos a análise do revisionismo e da elaboração das questões concernentes ao campo político, quando evidenciase no programa antiliberal da revista encontra na crise de 1930 sua causa central localizada na degradação moral da sociedade, principalmente na classe dirigente e na intelectual (TERÁN, 2008, p. 231), e quando Ernesto Palacio, outro expoente da revista, lança o projeto nacionalista cuja índole

[...] persigue el bien de la nación, de la colectividad humana organizada. Considera que existe una subordinación necesaria de los intereses individuales al interés de dicha colectividad y de los derechos individuales al derecho del Estado. Frente a los mitos disolventes de los demagogos erige las verdades fundamentales que son la vida y la grandeza de las naciones: orden, austeridad, jerarquía (TERAN, 2008, p. 231 apud PALACIO, 1928)

Coincide com a articulação deste revisionismo a crise política que culmina com o golpe de Estado de 1930, quando o presidente da UCR Hipólito Yrigoyen é deposto pelas forças do

exército lideradas pelo General José Félix Uriburu, cujo impacto maior em nosso objeto de pesquisa, o campo intelectual, se faz notar tanto nas pressões articuladas entre agentes do campo político e integrantes do campo intelectual inclinados ao revisionismo, quanto pela consequente politização de alguns temas por parte dos intelectuais resistentes à estas pressões. Isto porque organiza-se uma série de expurgos e pressões anti-reformistas por parte do Estado – cuja orientação cultural parte de intelectuais revisionistas e de origem católica – em relação às Universidades do país (NEIBURG, 1997, p. 121), estas últimas baseadas na Reforma Universitária de 1918 – entre outras coisas, estabeleceu a laicidade, a formalização da organização estudantil – tida como liberal. Logo, é preciso destacar, tal como propõe Silvia Sigal (1991), a vulnerabilidade institucional que caracteriza a Universidade neste período, que diz respeito às imposições do Estado às suas diretrizes de seus integrantes (SIGAL, 1991, p. 39). Além disso, devemos destacar que dentre as disciplinas de produção cultural, suas regras e autonomias de produção, se o campo literário desenvolve uma autonomia, em comparação há uma heteronomia da História ou Sociologia argentina – tanto em relação a valores estrangeiros, ou seja, europeus, quanto em relação a questões referentes ao campo político - (SIGAL, 1991, p. 25-26), cuja produção volta-se, como já dissemos, à exercer uma função política.

De que modo a literatura, ou a escrita literária deste primeiro momento em que analisamos o campo intelectual se mantém autônoma? Em certa medida, observando a revista *Sur*, assim como outros espaços que agrupavam intelectuais aversos à conduta do governo instaurado anti-reformista, como foi o caso da revista *Claridad*, ou da revista *Nosotros*, ou do Colégio Livre de Estudos Superiores (CLES), que exerciam tanto um papel de irradiação de ideias liberais – um “liberalismo aristocrático, espiritualista y cultural”, conforme problematiza Terán (2008, p. 240) – como, e mais necessariamente o CLES, de exercer funções das universidades impossibilitadas pela ação anti-reformista do Estado, podemos perceber uma relação de não subordinação por parte do Campo Intelectual às regras e pressões de um campo externo. Isto não quer dizer que não estabeleçam um posicionamento na disputa pela organização da ordem social. Porém, os argumentos ou propostas surgem, de certos grupos, com elementos não necessariamente políticos ou de ordem ideológica, mas obedecem à outros valores, como é o caso da revista *Sur*.

Os intelectuais da *Sur* tem sua prática de reflexão e de produção intelectual exercida de diferentes maneiras, mas que se estabelecia como uma “terceira via” entre o fascismo e o comunismo da década de 1930, configurando-se naquela missão que “debía partir de indivíduos

que operaran desde su interioridad una autoexigencia de reforma de sí mismos” (TERÁN, 2008, p. 241). Assim, define-se uma característica compartilhada por estes intelectuais, seja, a reflexão dos aspectos constituidores da sociedade argentina, através de variados trabalhos, dos quais podemos citar “Radiografía de la pampa” (1933), de Ezequiel Martínez Estrada; não tanto por sua técnica, exatidão ou status dentro do campo – que receberá diversas respostas e críticas literárias ao longo das décadas-, a sua produção demonstra, de um lado, a corrente metafísica ensaística que se inaugura com a década de 1930, que entende o problema argentino não como algo histórico – um processo – mas como ontológico – de destino do ser nacional (TERÁN, 2008, p. 245), como de outro lado demonstra os limites da imposição de uma linha cronológica de pensamentos e correntes. Porque, a perspectiva de sociedade enfrentada, uma desestruturação do projeto liberal, representa o retorno, ou a continuidade da mesma perspectiva dual da construção da nação da segunda metade do século XIX, quando civilização e barbárie, cidade e campo expressam os desafios da elaboração da Identidade Nacional. Dualidade que persistirá tanto no Campo Intelectual como no Campo político, quando se associarão os impasses políticos e econômicos com os impasses sociais de uma sociedade fragmentada; quando se associarão medidas nacionalistas ao povo ,e oposição ao anti-povo. Assemelha-se à perspectiva inaugurada José Ingenieros na década de 1920 quando se aperfeiçoa concepção evolutiva do desenvolvimento histórico e se difunde uma leitura que crê a europeização da Argentina como caminho para o desenvolvimento social, e por consequência a Revolução Socialista (DEVOTO & PAGANO, 2009, p. 293-294) nos faz crer na ressonância que determinadas leituras sobre o passado e o presente podem apresentar dentre os elementos que norteiam o debate e a produção intelectual; ainda que modificados, na visão pessimista de Estrada a Argentina é incapaz de transcender seu males ontológicos, o que não significa que a própria História não possuísse este viés evolutivo (TERÁN, 2008).

De todo modo, a revista de Victória Ocampo abarcava desde católicos integristas a comunistas, constituindo-se como uma das mais significativas publicações da década de 1930, onde seus expoentes – Jorge Luis Borges, Oliveira Girondo, Adolfo Bioy Caseres, Leopoldo Marechal, Bernardo Canal Feijóo, e outros estrangeiros que também se somariam ao heterogêneo grupo – transmitiam uma mensagem elitista e cosmopolita,

Pero este cosmopolitismo no renuncio a la própria circunstancia ni a la empresa misional de expresarla. Porque era el mismo Ortega quien había señalado que cada realidad individual y colectiva tenía su própria circunstancia, su propio pasado, su própria configuración sócio-cultural, su próprio geografia, su própria problemática. Esto es lo que la diferenciaba de

cualquier outra, *lo que impedía tomar recetas hechas y simplemente importarlas y aplicarlas.* (TERÁN, 2008, p. 240) [grifo nosso]

Esta terceira via, ou o cuidado por não impor fórmulas ou posicionamentos exteriores caracteriza, talvez, a autonomia observada por Altamirano e Sarlo pela qual o campo literário se constitui; diferentemente, outros grupos e produções sinalizam a relação entre política e cultura em simbiose (SIGAL, 1991, p. 25).

O Colégio Livre de Estudos Superiores (CLES), enquanto espaço de circulação de intelectuais, mas de certa forma instituição deste campo intelectual, também descreve de forma nítida a sua década que até então procuramos compreender. Fundada em maio de 1930, O CLES, a partir de sua publicação *Cursos y Conferencias* (CyC), procurou estabelecer um espaço de produção cultural que culminou por se organizar pelo cumprimento de dois objetivos. Conforme observa Federico Neiburg, ao mesmo tempo que preocupava-se em exercer uma função dentro do campo intelectual - dada a Universidade sob a administração anti-reformista, o CLES buscou acolher os professores expurgados, e procurou estabelecer pesquisas que dessem conta de assuntos desprezados pela Universidade – como esforçou-se por questões inseridos dentro do campo político (NEIBURG, 1997, p. 126-127). Este envolvimento com o campo político revela-se de duas maneiras: a primeira se estabelece através dos estudos e dos projetos que procuravam utilizar a cultura para fazer política, isto é, ao mesmo tempo que atingir através de um formato pedagógico o maior número possível de pessoas em cursos de “informação cultural”, o CLES igualmente se lançou em definir projetos econômicos e sociais para a Argentina do pós-primeira guerra; a segunda maneira pela qual se descreve uma relação entre campo intelectual e político revela-se não apenas pelo corpo constituente e patrocinador da revista CyC, como também pelo fato de que, ao mesmo tempo que se opôs durante a década de 1930 e 1940 ao governo – da década infame e da década peronista, respectivamente -, parte de seu quadro de dirigentes estava associado à Universidade Oficial ou a cargos de importância no governo. (NEIBURG, 127- 133).

Demonstra-se assim uma relação complexa entre Campo intelectual e Campo político, já que ambos lançam-se na década de 1930 à uma abertura pelos conceitos, grupos e logo objetivos pelos quais devem basear suas regras de produção e sua legitimação enquanto agentes. Assim, não apenas o nacionalismo conservador consolida seu discurso através de leituras sobre o passado, envolvendo história e projetos político-ideológicos, como os agentes “liberais” do campo intelectual cristalizam pouco a pouco a concepção de tarefa ou missão de expressar as

diversas realidades existentes – individuais ou coletivas -, que via de regra representam não mais as regras específicas da produção cultural, seja, *a arte pela arte* ou *a arte monetarizada*, mas uma arte ou elaboração da cultura submetida à deveres, um tanto quanto morais, mas necessariamente políticos (TERÁN, 2008 p. 241; SIGAL, 1991, p 37-38). Logo, nesta relação que descreve subordinação de um campo sobre o outro, poder explorar que

quienes se identifican exclusivamente con una disciplina de la cultura son insertados, por otros intelectuales, por la evolución de las corrientes ideológicas o por el contexto político, em áreas donde lo que está em juego son valores sociales colectivos. (SIGAL, 1991, p.22)

Estes valores sociais coletivos podem ser, de certa forma, mapeados até as proposições de José Ingenieros, do qual já destacamos a importância na década de 1920, como de seu contemporâneo Aníbal Norberto Ponce, cuja leitura positivista extraída do marxismo serviria de influência para os grupos comunistas da década de 1930 (TERÁN, 2008, p. 251-252), em um contexto de expansão dos grupos a serem representados, quando

la sustitución de la estrategia del “frente único” por la del “frente popular” cambiaria notablemente la configuración de los alineamientos políticos y sus congruentes imágenes sobre el pasado. En tales coordenadas se localiza la emergencia de una historiografía comunista propiamente dicha [...] (DEVOTO & PAGANO, 2009, p. 298)

Como observarmos, essa substituição de estratégia de representar um determinado grupo ou toda a sociedade, permeia diversos agentes e grupos intelectuais. Mas de certa maneira, a constituição do Campo Intelectual da década de 1930 não se define tanto por sua produção cultural, mas talvez mais pela aglutinação de diferentes posicionamentos a respeito dos valores sociais coletivos no que se chamaria de cultura Anti-fascista, através de espaços como a *Agrupación de Intelectuales, Periodistas y Escritores* (AIAPE); ali, se estabelece a mesma relação com o passado traçada pelos nacionalistas, mas depositando na Revolução de Maio o ponto fundador da tradição liberal e constitucional do país – os socialistas arrogariam ser seus representantes oficiais (DEVOTO & PAGANO, 2009, p. 299) – e que persistirá através da década peronista, quando tanto o perfil suspeito dos integrantes do GOU de 1943, quanto o perfil populista de Perón serão criticados como ameaças fascistas à sociedade argentina. Aqui, novamente a dualidade da Argentina, dualidade tornada ontológica, se descreve através da alusão à Sarmiento de 1853, da execução de Rosas. “Com ou Contra Sarmiento”. Anti-peronista ou Peronista.

2.3 Intelectuais e a Década Peronista

Sendo preciso reiterar a complexidade do Campo Intelectual, cujos agentes dividiam-se em lugares de posicionamento cada vez mais políticos, enquanto boa parte dos intelectuais voltados para uma perspectiva nacionalista comemoraram os resultados, a intelectualidade “liberal” argentina viu na ascensão de Juan Domingo Perón nas eleições de 1946 a contramão do ritmo europeu; enquanto comemoravam a queda do nazismo e do fascismo na Alemanha e Itália, acreditavam que sua forma *criolla* assumia o poder no país de Sarmiento e de Mitre. Deste modo, parte dos critérios que determinavam dentro do Campo a posição e a legitimidade enquanto intelectual gradativamente passou a se relacionar tanto com a produção cultural que dele surgia, quanto de sua inclinação necessariamente ideológica-política; isto é, nas eleições de 1946, o movimento intelectual que agrupou-se nas fileiras da *Unión Democrática* percebia como “verdadeira intelectualidade” os agentes presentes naquele bloco que competia contra a chapa Perón-Quijano (NEIBURG, 1997, p. 143).

De todo modo, a vitória de Perón estabelece um momento no qual se configuraram uma série de elementos responsáveis pela dinâmica do Campo Intelectual, e deste com o Campo Político. Em primeiro lugar, a vitória surpreendente do peronismo em 1946 lança à intelectualidade a contradição de suas expectativas e a inclina por buscar novas teorias capazes de compreender a sociedade argentina, de explicar as razões da ascensão do peronismo, via de regra tomado como uma demagogia totalitarista em relação aos trabalhadores, o que conduz estes intelectuais à se aproximarem enquanto resistência (NEIBURG, 1997, p. 143-144). Neste sentido, a Universidade enquanto espaço de produção cultural perderia legitimidade; esta situação explicasse pelo Decreto 13.031 de Outubro de 1947, quando o governo peronista revoga uma série de artigos da Reforma de 1918 – referentes à laicidade e ao regimento interno das Instituições, como a nomeação de reitores e a extinção da participação estudantil (SIGAL, 1991, p. 43) -, levando a uma série de exonerações e demissões de professores que a partir de então se deslocariam para o CLES, para revistas culturais ou para o exterior, em outras Instituições de Ensino. Para a intelectualidade “liberal”, os professores peronistas, ou aproximados com o nacionalismos não possuíam os critérios ou valores atribuídos aos *maestros* – divulgadores da erudição, pela busca pelo conhecimento, irradiadores da ética e do pensamento livre (NEIBURG, 1997, p. 144). A intelectualidade constituída como força política organizada, cuja constituição passava pelo critério de ser anti-peronista, localizar-se-ia então às margens da Universidade,

a menudo sobre la base de instituciones preexistentes. Fuera del Estado y contra esse Estado que excluye a quienes lo rechazan, el campo cultural refuerza identidades surgidas em la sociedad. Desde entonces la relación entre valores culturales y orientaciones ideológico-políticas se hizo tan estrecha como durable. (SIGAL, 1991, p.50)

Estes espaços de produção, debate e circulação cultural eram constituídos pelas antigas revistas, como *Sur* e *Claridad*, ou em novas, como a *Cuadernos de Cultura* (1949), de viés comunista e cujos objetivos se posicionavam pelo debate em torno da questão internacional do Partido (DEVOTO & PAGANO, 2009 , p. 325), ou a *Contorno* (1953), fundada por Ismael Viñas, e que como veremos adiante, será de fundamental importância na dinâmica do Campo Intelectual pós Golpe de 1955.

Todavía, esta relação entre Universidade – e logo, intelectuais – e o governo de Perón, possui sua complexidade não explícita. Enquanto o governo peronista preocupava-se em elaborar uma propaganda de simpatização com o movimento e de construção de uma identidade coletiva, possuindo mecanismos de doutrinação no ensino básico – através de cartilhas, livros didáticos, programas assistenciais -, no rádio, nos cinemas, com o advento da televisão igualmente, este mecanismo de propaganda ideológica não se estabelecia da mesma forma nas Instituições de Ensino Superior. Conforme observa Sigal, a política cultural do Governo Peronista de 1940 e 1950 centrava-se no autoritarismo e na oposição a qualquer intelectualidade (SIGAL, 1991, p. 45), de modo que “si em 1944 la universidad era para el nuevo régimen un problema político antes que ideológico o cultural, el peronismo terminó por ver en ella sobre todo un problema policial.” (SIGAL, 1991, p. 44). Quer dizer, percebendo na intelectualidade opositora não um risco de subversão, mas os compreendendo como *dissidentes*, o governo peronista ao mesmo tempo não estabelecia um Plano Cultural propriamente dito para estes espaços, como entendia a necessidade de marginalizar esta dissidência, ora perseguindo e censurando – dentre vários casos de aprisionamentos políticos, temos como exemplo o de Victória Ocampo, da revista *Sur* - ora elaborando mecanismos que assegurassem a lealdade de profissionais universitários, ou seja, uma passividade política (SIGAL, 1991, p. 47-50). Este requerimento de passividade política, uma imposição por parte de um agente destacado do campo político pela subordinação do Campo Intelectual por completo acaba por determinar o funcionamento deste em relação ao outro não apenas pelos seus valores de legitimação – de intelectual, de produção cultural – mas o inclina pela subversão desta relação de subordinação – cujos princípios de papel do intelectual são historicamente anteriores e descritos nas páginas acima.

O apelo aintelectual do governo peronista – em uma definição dual entre alpargatas vs livros – não dizia respeito tão apenas aos agentes “liberais” do campo, mas de certa forma à todos os intelectuais que por vez ou outra preocuparam-se com a administração do governo eleito de 1946. Isto demonstra-se na frustração de agentes nacionalistas, felizes mobilizadores das eleições pela chapa de Perón, ao não serem chamados pelo novo governo à ocupar cargos estratégicos. Isto não quer dizer que não houvessem indivíduos que participassem ou que possuíssem interesses em ambos espaços, Campo Intelectual e Campo Político – Miguel Miranda, empresário, seria ao mesmo tempo patrocinador do CLES e ministro da Economia de Perón entre 1946 e 1949 (NEIBURG, 1997, p. 131) -, mas configura o gradual deslocamento de apoiadores nacionalistas para às fileiras de uma oposição centrada em publicações como *Presencia*, *Quincena* e *Dinâmica Social* (SIGAL, 1991, p. 46) – entre eles, Julio Meinvielle, Rodolfo Irazusta, Marcelo Etchecopar e Carlos Ibarguren ; conservadores, nacionalistas e católicos.

2.4 Revolução Fusiladora e o “Hecho Peronista”

Se demos um prolongado cuidado às questões do campo intelectual e sua relação com o campo político das décadas de 1930 e 1940, este cuidado se deve não tanto pelo acúmulo de suas disposições internas, critérios de legitimidade, valorações, disputas entorno dos capitais que constituem a sua hierarquia, mas pelo fato dos Intelectuais do pós-1955 estabelecerem, abertamente, seu debate no questionamento, ou melhor dizendo, na análise de textos e dinâmicas dos anos anteriores. Não o acúmulo, mas o rechaço.

Como observamos no capítulo 1, entre os agentes e grupos do Campo Político não havia planos solidificados, tão pouco um consenso dos rumos a tomar caso as forças heterogêneas por trás da Revolução Libertadora tivessem êxito; o importante era depor Juan Domingo Perón do poder e pôr fim ao pesadelo peronista. No que diz respeito ao Campo Intelectual, o golpe de Setembro de 1955 estabelece um duplo momento: *primeiro*, lança os intelectuais à planejar meios de reestabelecer tanto a produção cultural universitária como estratégias econômicas e políticas para o desenvolvimento do país que foram interrompidas pela década peronista. Em *segundo lugar*, diretamente relacionada à questão do desenvolvimento do país e aos aspectos políticos, sociais e econômicos, os intelectuais acabam por estabelecer, a partir da segunda metade da década de 1950, a tarefa de compreender o peronismo tanto como objeto ligado à pesquisa sociológica, quanto um elemento de legitimação interna do Campo Intelectual. Sobre este segundo momento que nos dedicaremos durante o resto deste capítulo.

Se até o golpe de 1955, a base de apoio popular ao governo peronista era inversamente proporcional ao apoio intelectual ao movimento - enquanto uma minoria de agentes do campo de produção cultural lhe era favorável, a imensa maioria lhe fazia oposição, ainda que marginalizada (SIGAL, 1991) – a primeira leva de produções e de manifestos a respeito da deposição de Perón apenas confirma a permanência desta oposição. Na edição 237 de 1955, a revista *Sur* traz uma série de artigos da “República do Espírito”, como o de Victoria Ocampo a respeito da realidade dura e abusiva da ordem policial do regime deposto, ou de Jorge Luis Borges, onde o ilustre autor observa a ilusão construída pelas invenções peronistas, ou de Norberto Bustamente, quando fala de um “estado de loucura coletiva” no qual a sociedade argentina vivera durante 10 anos, e que finalmente se vislumbrava um fim (SARLO, 2007, p. 24-25). Somada à *Sur*, *Liberalis*, *Imago Mundi* e a *Sociedad Argentina de Escritores* localizavam-se neste momento de críticas abertas e de aspirações para o futuro; “era la reacción de una categoría social que había vivido la experiencia de los diez últimos años también como una afrenta a su sentido del decoro y a sus gustos.” (SARLO, 2007, p. 26) Neste sentido, outra publicação evidencia tanto o envolvimento político que este campo estabelecia, quanto evidencia a conclusão que boa parte da intelectualidade defendia:

"Enterrar y plantar": así titulaba el semanario socialista *La Vanguardia* el editorial destinado a fijar la actitud "frente al derrocamiento de Perón por la revolución libertadora". [...] "Hemos dejado de ser metecos en el propio país. Hasta ayer los argentinos libres no tenían siquiera la protección de un embajador que de alguna manera proveía cierta seguridad a los extranjeros. La revolución libertadora creó las condiciones para el gran bien ciudadano y humano; liberó a los hombres del íncubo fatal que pesaba sobre el corazón y la conciencia". *Los "alcances de la liberación" llegaban también para el "mundo peronista", pues "¿cuántos peronistas se sienten felices de no tener miedo al gran patrón, de no verse obligados a adular y desempeñar los papeles innobles de sometidos, serviles o lacayos?"*. (ALTAMIRANO, 2011, p. 64-65 apud *La Vanguardia*, año 1, n° 2, 27/10/55) [grifo nosso]

Aparentemente, se estabeleceria como regra na produção cultural pós-1955 não necessariamente uma iniciativa do Campo em compreender as características do peronismo, dado que estas eram “inegavelmente” autoritárias, uma mescla de fascismo e rosismo, mas procurar perceber os antecedentes que o fizeram possível; isto é, explicar o peronismo era em um só momento dialogar com o passado – o velho enigma Argentino, a dualidade entre campo e cidade, tradicional e liberal, povo e burguesia – e propor projetos para o futuro (NEIBURG, 1997, p. 86). O trabalho que inaugura esta dinâmica interna do Campo Intelectual talvez se localize em Mario Amadeo: uma das primeiras versões dissidentes da leitura sobre a década

peronista, seu livro *Ayer. Hoy. Mañana* (1956) estabelece uma análise sobre o que representara para o país a ascensão do peronismo, que conforme sua interação e a leitura que faziam 4 setores sociais – conservadores, conservadores populistas, esquerda liberal anti-peronista e esquerda antiliberal - lançava-se o desafio de sua compreensão enquanto *hecho*, bem como as possibilidades de integração política da sociedade (SARLO, 2007, p. 28-29). Embora Amadeo não seja considerado peronista, ao perceber os aspectos positivos do movimento, e de notar a complexa relação entre os agentes sociais do período anterior, à sua perspectiva que preocupasse em analisar a dualidade discutida desde a década de 1930 somam-se trabalhos de nacionalistas como Ernesto Sabato (1956), Jorge Abelardo Ramos (1956), Arturo Jauretche (1955; 1957).

Ao debruçarem-se na pesquisa histórica - melhor dizendo, estabelecerem diálogos políticos com o passado -, Silvio Frondizi (*La Realidad Argentina*, 1957), Rodolfo Puiggrós (*História Crítica de los Partidos Políticos Argentinos*, 1957), J. J. Hernández Arregui (*Imperialismo y Cultura*, 1957), Farmín Chavez (*Civilización y Barbárie*, 1956) inauguram um mercado de publicações escassas até 1955, e que participam da formulação de um aspecto balizador do Campo Intelectual deste período, na medida em que: *primeiro*, estabelecem um período de grande debate entre grupos intelectuais, através de uma maior circulação de revistas, cujo acesso está ampliado através de locais de venda destas produções (SIGAL, 1991, p. 129-130), ou seja, uma dinâmica acelerada de produção e de confrontação de grupos intelectuais; *segundo*, este debate está, mais do que nunca, pautado diretamente por questões políticas e orientadas por posicionamentos ideológicos, que via de regra, se estabelecem tanto em relação à realidade política, quanto ao envolvimento de antigas hierarquias intelectuais na sociedade argentina (SIGAL, 1991, p. 126). Isto é, *novos agentes intelectuais* posicionam-se dentro do Campo Intelectual a partir do desafio de compreender as causas do peronismo e proporem projetos para o futuro, estabelecendo uma relação de confronto com antigos agentes intelectuais que, para esta nova intelectualidade, não foram capazes de orientar a sociedade - através da democracia, através da revolução social - ou eram vistos com suspeita, como é caso da *intelligentsia* tradicional – uma erudição oligárquica (SIGAL, 1991, p. 126-129). Este enfrentamento que ocorreria entre gerações decorre talvez da convicção da maioria dos insurretos de 1955 de que com a caída de Perón o movimento peronista se esfacelaria, e as fileiras populares seria gradativamente absorvidas pelos antigos partidos políticos e pelo regime democrático, e que estariam disponíveis para que os grupos intelectuais exercessem seu dever

histórico de guias dos de baixo. Ora, estes novos, ou nem tão novos agentes se candidatavam a ocupar a vaga de dirigentes. (NEIBURG, 1997, p. 105).

Para os elementos acima, que descrevem a dinâmica interna do Campo Intelectual pós-1955, encontramos uma fundamentação teórica capital em Neiburg. Estas disputas por legitimidade dentro do campo, mas também em relação à outros agentes que encontram-se no campo político e no Espaço Social Argentino – o que demonstra a fragilidade da estrutura interna do Campo Intelectual – baseiam-se no que Neiburg define como sociodicéia. Este conceito proposto por Bourdieu em referência à teodiceia de Weber – que observa as relações dos agentes sociais de uma comunidade religiosa e suas formas de compreensão das questões objetivas e subjetivas nas quais estão inseridos (NEIBURG, 1997, p. 45, nota de rodapé nº 3) – é pouco recorrente em seus trabalhos, e tomamos como base o aprofundamento que Neiburg realiza sobre, enquanto reflete sobre o campo intelectual argentino:

Cada interprete concebia *um lugar para si mesmo na sociedade argentina* da “pós-revolução” e, conseqüentemente, formulava uma representação sobre sua própria identidade, imaginando algum tipo de relação com o povo peronista. O fato de o reconhecimento das interpretações e da existência social dos intérpretes fundamentar-se em algum tipo de relação com o povo transformou o debate sobre o peronismo num campo de luta entre formas de populismo, no qual *diferentes intelectuais procuraram fazer de sua capacidade de interpretar o povo um aspecto de sua própria sociodicéia, uma forma de construir sua identidade como intelectual, produzindo uma imagem do mundo social, e ao mesmo tempo, um lugar para si mesmo nesse mundo.* (NEIBURG, 1997, p. 44-45) [grifo nosso]

Quer dizer, quando se fala de sociodicéia abordamos uma perspectiva que percebe uma trajetória de construção de um lugar não apenas individual, mas de posição social de um determinado grupo, como é o caso dos intelectuais aqui abordados. Uma maneira de ler, interpretar e disputar uma autoridade para transformar o mundo. É a mesma premissa defendida por Azzolini (2013), que diz respeito aos agentes políticos arrogarem a representatividade do povo encontra sua semelhante no campo intelectual, não apenas na sua produção cultural cada vez mais política, mas nas disputas por autoridade dentro do próprio campo. O resgate ou a recapitulação de conceitos da década de 1930 e 1940, então, explica-se tanto pela contestação de gerações intelectuais com as quais procuram romper e se sobrepor, mas igualmente relacionam-se com alguns pressupostos na medida em que circulam no campo político, como é caso da fragmentada sociedade argentina, onde não apenas a Revolução Libertadora reincide na dualidade Sarmiento vs Rosas, como as próprias redes peronistas clandestinas baseiam-se

na transmutação desta sentença crítica do governo provisório, arrogando a comparação Rosas-Perón como elemento de articulação da identidade peronista e de sua resistência (GOEBEL, 2004).

Desde então um campo que antes de 1955 apresentava-se quase que homogêneo no que diz respeito à oposição ao governo de Perón, depara-se em uma conjuntura onde a preocupação em dar respostas à pergunta referente ao *hecho peronista* configurava dicotomias e oposições não apenas políticas, mas de *compreensão da cultura*. E não havendo critérios culturais consensuais, peronistas [tardios] e anti-peronistas refletiam diante dos níveis de *peronização* que a intelectualidade – intérprete do povo e do peronismo - deveria ou não aceitar e dos níveis de *desperonização* que o povo deveria, ou não, ser paciente (NEIBURG, 1997, p. 45; SIGAL, 1991, p. 150). Este debate entre agentes percebe uma vez mais a interação com o Campo Político, e assim, as regras de produção cultural. Pois quando os agentes estabelecem a um só tempo um diálogo com o passado – contestando autoridades e buscando legitimidade – e com o presente – contestando posicionamentos políticos de agentes culturais, descrevendo às regras de produção de seu período – acabam por determinar uma relação entre saber e poder, um saber cuja função encontra-se no dever de uma missão social do intelectual, em sua posição na construção de uma ordem social (SIGAL, 1991, p. 156).

Que intelectuais ou grupos eram estes do pós-1955? Sua efemeridade mescla-se com a dinâmica de incertezas do período. Na tempestade de determinar conclusões sobre o peronismo, o significado da Revolução Libertadora e de propor projetos para o futuro, haveria publicações de direita nacionalista, como *El Líder*, com Arturo Jauretche e Raul Ortiz, *Azul y Blanco*, de Sánchez Sorondo, que descrevem ora um perfil católico integrista (SIGAL, 1991), ora salientam a velha dicotomia entre povo e elite intelectual, com o “duro corazón de los cultos”, expresso por Jauretche (SARLO, 2007, p. 43); tradicionais revistas, como *Sur*, e de circulação internacional como *Imago Mundi* e *Mutatis Mutantis*, com quem a nova geração da revista *Contorno*, de Ismael Viñas, procurava romper. Assim como *Contorno*, a revista *Qué*, de Rogelio Frigerio estabelecia-se como a Nova Intelectualidade Crítica cujos apontamentos procuravam romper com o perfil reformista e modernizador da antiga intelectualidade (SIGAL, 1991). Havia também publicações de Esquerda Tradicional, como era o caso de *Cuadernos de Cultura*, *El Popular*, *Che*, *Situación* e *Soluciones*. (SIGAL, 1991, p. 129).

É preciso lembrar do início deste capítulo, quando salientamos a importância de compreender o papel do *habitus* dos agentes deste campo, visto que – compreendemos desta

forma, seja, mais do que uma disputa cultural ou política, trata-se de uma disputa pelo poder simbólico -

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo de posições sociais. Elas podem conduzir estas lutas quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica [...] (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Via de regra, a circularidade de revistas como *Contorno*, *Qué*, *Centro* ou *Cuestiones de Filosofía*, assim como *Sur*, restringiam-se a um público caracterizado por ser de classe média, universitário, distante da circularidade mais operária das revistas de esquerda comunista (SIGAL, 1991, p. 129). Este fator determina, em certa medida, a preocupação que *Contorno* ou os revisionistas de esquerda teriam em relação ao papel ou representatividade que os intelectuais teriam em relação à classe operária (ALTAMIRANO, 2011, p. 68), como também configurará um ponto crítico nas orientações políticas destes agentes culturais. Este ponto crítico, ou uma “Crise de Identidade” (SIGAL, 1991) configura-se a partir de um contexto de complexa interação entre passado e presente, cultura e política, no qual os intelectuais pós-1955 encontraram um cenário de dupla consternação

Em primeiro lugar, as fileiras intolerantes do governo provisório demonstraram medidas repressivas comparáveis ao governo deposto, diluindo as esperanças de experiência democrática; *segundo*, e fundamental para as relações internas do campo e da sociodicéia de seus agentes, contrariando as expectativas, o movimento peronista não diluíra-se com a queda de seu líder, fortalecendo suas organizações internas e a lealdade às questões de seu programa. É justamente deste segundo momento que decorre o questionamento dos níveis de peronização e desperonização que falamos anteriormente; pois, é preciso frisar, estes setores progressistas da intelectualidade argentina percebiam na segunda metade da década de 1950 o peronismo como uma questão cujos elementos deveriam ser respondidos separadamente, isto é, uma preocupação nada aprofundada neste período em relação a perceber o peronismo como fenômeno político, e uma preocupação exacerbada em percebê-lo enquanto questão social (SIGAL, 1991, p. 155-156). Esta noção de questão social que ligava o peronismo a causa da classe operária como um único problema a ser compreendido (SIGAL, 1991, p. 156), estava baseada igualmente na percepção de dualismo da sociedade, da luta de classes do marxismo.

Logo

El hecho peronista sólo podía ser verdaderamente comprendido sobre el fondo de la dependencia y el *problema nacional*, claves que, a sua vez, iluminaban una história más larga, la del Pueblo-nación y las elites políticas e intelectuales. (ALTAMIRANO, 2011, p. 96)

Buscando fornecer respostas para esta sociedade dividida, enquanto há uma autocrítica feita por boa parte da intelectualidade progressista e de esquerda - crise de identidade que levaria a esquerda tradicional comunista a se reconfigurar como *esquerda nacional* anos mais tarde, sob a influência de textos de nacionalistas como Puiggrós e Ramos (ALTAMIRANO, 2011, p. 96), e igualmente faria *Contorno* inclinar-se pela reflexão e problematização da função do intelectual, sem no entanto duvidar dos benefícios sociais de seu conhecimento -, a revista *Qué*, do empresário Frigerio em 1956 lança uma perspectiva de Frente Nacional, cuja razão de ser encontrava-se viés desenvolvimentista (SIGAL, 1991, p. 152). Deste viés desenvolvimentista social e político compartilha a Sociologia Científica inaugurada por Gino Germani em 1956, com *La integración de las masas a la vida política y el totalitarismo*, cujos objetivos são para além de entendimento da sociedade, estabelecer possíveis caminhos para a sua integração; separar forma e conteúdo da participação política possibilitada pelo peronismo que servirá aos agentes do Campo político como referencial para se relacionarem como o partido peronista proscrito. (SARLO, 2007, p. 42-43).

Embora não tenhamos como objetivo definir a trajetória de um conceito, é necessário ressaltar a ligação entre peronismo e populismo, ao menos neste período. Antes de mais nada, populismo é um dos vários conceitos que circula nas ciências sociais, na ciência política e na História que não possui uma definição universal; trata-se de um conceito que assim como os momentos em que procura descrever, é complexo, ambíguo e localizado. Se até agora apenas definimos algumas relações, ou leituras realizadas por parte dos intelectuais para com o governo deposto, talvez não tenha ficado evidente uma situação que, via de regra, é também definidora do movimento peronista. Enquanto no Brasil pós-Vargas de 1954 as ciências sociais lançaram-se à tarefa de compreender os motores do populismo varguista (WEFFORT, 1965, 1967, 1978; ANDRADE, 1979; GOMES, 1988; CAPELATO IN FERREIRA, 2001), na Argentina pós-peronista de 1955, ao menos no período em que nos debruçamos sobre, dispensava-se uma leitura crítica sobre aquele movimento (NEIBURG, 1997). Necessariamente, neste período se negava ao peronismo qualquer tipo de status de movimento político, aplicando as características tradicionais de manipulação e de desvio às autoridades políticas, e a de insensatez e falta de consciência de classe aos trabalhadores peronistas. (NEIBURG, 1997). Mesmo quando a

autoridade da sociologia argentina, Gino Germani, analisava as relações internas do peronismo, suas causas na década de 1940, caracterizava firmemente os trabalhadores como agentes passivos de uma relação de dominação. (SARLO, 2001, NEIBURG, 1997). Esta não abordagem do peronismo como objeto, ou ainda sua caracterização como vil manipulação, apenas definiu-o como status de tabu e de objeto não-dito, presente mesmo quando perseguido, alimentando o vínculo entre trabalhadores e a sua identidade peronista (NEIBURG, 1997).

Para concluirmos este capítulo, restam algumas observações do fim deste período que nos interessa, e com isso, fazermos uma síntese do que foi apresentado até aqui. O que fica definido ao fim de 1958 e durante o ano de 1959 seja talvez a nova frustração que parte da intelectualidade sentira com os reveses do governo de Arturo Frondizi. Em primeiro lugar, a repressão com o Estado de Sítio ao fim de 1958, imposta pelo governo devido às greves de setores energéticos, juntamente com as políticas de austeridade econômica desfavoráveis para a classe operária. Em segundo, a aprovação por parte de Frondizi do Artigo 28 do decreto 6.403 de 23 de dezembro de 1955, ainda do governo de Aramburu, no qual autorizar-se-ia o funcionamento de Instituições de Ensino Superior privados, ou seja, regidos também por Ordens religiosas, decreto que rompia com a tradição reformista universitária de 1918. Estes momentos evidenciam a relação entre Campo Intelectual e Político de tal forma que não se dissociariam mais as implicações que um exerce sobre o outro; além, nos permitem descrever a agenda de parte da intelectualidade, a esquerda nacional e os progressistas, que unem-se contra o Artigo 28, quando intelectuais da própria revista *Contorno* que exerciam funções administrativas no governo se exoneram (SIGAL, 1991, p. 160). Isto é, embora a relação com o peronismo não se defina de forma nítida em 1959, parte da crise de identidade oriunda desta relação se soluciona na medida em que, se até então a intelectualidade negava o peronismo, ocorre a reformulação desta negativa, seja selecionando aspectos positivos do peronismo, seja compreendendo-o não como fenômeno político, mas social, mas que de todo modo estabelece a razão de ser destes intelectuais de esquerda no seu papel para com o povo (SIGAL, 1991, p. 168). Esta razão de ser, e os debates que dela decorrem devido às disputas por autoridade, explicitam o conceito de sociodicéia que Neiburg nos apresenta para este período da História Argentina.

Enquanto agentes produtores de cultura – literária, histórica, sociológica, e de todo modo, eruditamente engajada, e ora, com sentimentos de culpa e de dever – estes indivíduos dispõem de capital cultural e social para participarem das dinâmicas de um Campo cujos critérios de produção estritamente cultural não estão definidos. Mas, por pertencerem a um status que

encontra sua posição justamente pela lógica de produção cultural atrelada à hierarquização da sociedade, através dos símbolos que são produzidos e que a regem (PASSANI & ARRUDA, 2017, p. 136-137), estas produções político-culturais invariavelmente apresentam um nível de representação, já que: *primeiro*, colocam-se no lugar de algo que não está presente – o passado, o líder da revolução social, a mentalidade esclarecedora –, e *segundo*, relacionam-se com símbolos, valores, ideais, referências, que leem e que criam uma percepção sobre a realidade (PESAVENTO, 2007, p. 37-50). Acordos, imposições, preferências. Estes agentes envolvidos com o campo político disputam, em última instância, o poder de traduzir a realidade em palavras, de dizer qual conduta política é *a verdadeira*, qual organização social é *a adequada*, de descrever as relações da sociedade argentina do passado e propor um projeto baseado em certezas oriundas de um *saber* intelectual; um *saber* cujas referências nascem da Cultura, e se voltam à nação. Perceber na dinâmica destes campos uma relação que pretende dar sentido ao Espaço Social - disputa pelo poder simbólico do qual fala Bourdieu -, descreve, em conclusão, estes intelectuais politizados como convictos na valoração da Cultura da qual são porta-vozes. Agentes da Cultura com “c” maiúsculo, os intelectuais da década de 1950 tem sua trajetória baseada no valor hegemônico desta tal como uma Instituição, que via de regra é

[...] o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. [...] *Cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro.* [...] Aculturar um povo se traduziria, afinal, em sujeita-lo ou, no melhor dos casos, *adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior.* (BOSI, 2014, p. 16-17) [grifo nosso]

CAPÍTULO 3: ETERNAUTA - VIAJANTE DOS TEMPOS DE SEU PRÓPRIO TEMPO

3.1 Sobre Héctor Germán Oesterheld

Nos capítulos anteriores nos preocupamos em compreender a conjuntura política e a dinâmica entre campo político e campo intelectual na Argentina da década de 1950, e em especial, entre 1955 e 1959. Embora pareça exagero, perceber os temas, as ideias, o debate que pretendia dar significado ao peronismo e à realidade nacional tem impacto, direto ou indireto, nas produções intelectuais, até mesmo nas mais “industrializadas”, como é o caso das obras de Héctor Germán Oesterheld (1919 – desaparecido pela Ditadura Militar em 1977, assassinado pela ditadura em 1978).

Em uma época onde há nítidas assimetrias entre alta e baixa cultura – assimetria instigada pelo próprio campo intelectual – Oesterheld situava-se à margem do que tipicamente temos como intelectual, ou que produzia Literatura (COSSIA, 2009, p. 3). Nascido em 1919, Oesterheld cursou ciências naturais, com habilitação em Geologia, pela Universidade de Buenos Aires ao fim da década de 1930. Com um acúmulo de capital cultural e de domínio da língua, trabalhou durante o início da década de 1940 como revisor em variadas revistas, como a revista *La Prensa*, onde publicaria seu primeiro conto, a revista *Abril* e na revista *Códex*. (RAMOS, 2016). Após a venda de sua editora em 1961, *Frontera*, Oesterheld trabalharia em várias outras empresas argentinas, como *Editorial Emilio Ramírez*, e em 1969, com os desenhos de Alberto Breccia, lançaria uma interrompida versão de “O Eternauta” pela revista *Gente* -esta versão, assim como “O Eternauta II”, de 1976, baseiam-se no roteiro original de “O Eternauta” de 1957, do qual falaremos a seguir. Na década de 1970, Oesterheld gradativamente envolve-se com a militância jovem peronista através de suas 4 filhas, e é perseguido pela Ditadura Militar Argentina. Oesterheld, assim como suas 4 filhas, é preso, torturado e assassinado pelos militares entre 1977 e 1978. Permanece até hoje desaparecido.

Oesterheld ficou reconhecido mundialmente não por sua carreira como editor, mas como roteirista, ou no espanhol, *guionista* de Histórias em Quadrinhos. Na Argentina, as HQs nacionais recebem o nome de *historietas*, e pautadas pelo ritmo da Indústria Cultural,

la oposición entre artístico y lo comercial salsaba a favor del mercado y resultaba evidente que para ser historietista se requería de oficio y entrenamiento antes que de talento y estudio. (VAZQUEZ, 2010, p. 85).

A inserção de Oesterheld como autor de *historietas* neste campo aconteceu por acaso. Devido à uma confusão de entregas – um artigo científico deveria ir para a revista Abril e uma história infantil para a revista Codex, mas houve o contrário – passou a integrar o quadro de roteiristas da Abril, que constituindo-se como grande editora no mercado da época, fornecer-lhe-ia a possibilidade de ascender sua posição dentro do campo. Ali publicaria boa parte de seus personagens marcantes – “Cargamento Negro” (1951), “Bull Rocket” (1952) e “Sargento Kirk” (1953). Leitor de clássico da literatura europeia e de filosofia grega (NICOLLINI & BELTRAMI, 2016), Oesterheld valeu-se do capital cultural que dispunha em um primeiro momento, e através de uma ascensão na hierarquia do campo após a fundação de uma editora própria, pôde determinar temas, ou argumentos, a serem colocados em circulação, que deslocavam-se do clássico super-herói estadunidense ou do *bang-bang* de faroeste, também estadunidense (SPRECHER, 1998). “O Eternauta”, publicada entre 1957 e 1959 pela editora *Frontera* através da revista *Hora Cero Suplemento Semanal*, é uma destas histórias. Por que analisá-la?

O trabalho de Sebastian Gago (2015), ligado a história cultural e as práticas de leitura, lança uma primeira problemática para a nossa análise, e uma resposta para a pergunta acima: Gago demonstra que as modificações e os novos significados que relacionam-se com a consolidação de “O Eternauta” e Oesterheld como marcos da *historieta* argentina, ou seja, algo elaborado ao longo dos anos – um exemplo: a partir da aprovação da lei *porteña* 3.220 em 2009, o dia 4 de Setembro fica conhecido como Dia Nacional da *Historieta*, mesma data que em 1957 é lançada a primeira edição de *Hora Cero Suplemento Semanal*. A leitura das obras de Oesterheld, entre elas “O Eternauta”, feita por diversas gerações, cada uma com um ambiente cultural, social e político diferentes, são orientadas por expectativas e acúmulos de percepção diferentes ao longo do tempo. Isto é, ao longo da década de 1960 e principalmente na ditadura da década de 1970 (GARCIA & OSTUNI, 2002; CASSIA, 2009), a sociedade argentina, e em especial a juventude militante, peronista, *montonera*, deparou-se com uma conjuntura política de golpes e repressões com as quais deveria estabelecer algum tipo de relação, e logo, de resistência. Ivan Galvani (2008) observa que a relação entre “O Eternauta” da década de 1950 e os leitores das décadas seguintes e sua interpretação subsequente, em certa medida a mais suscetível de ocorrer, estabelece-se através de uma percepção de premonição na obra de 1957; “si lo fue, no le fue tanto por haber predecido el futuro, sino porque se transformó en una guía para la acción. Oesterheld pudo predicir el futuro, porque en parte, ayudó a crearlo.” (GALVANI, 2008, p. 3).

Isto poderia nos levar, tal como faz Cristian Palacios (2012), a afirmar não serem suficientes os elementos de 1957 para tornarem a obra uma metáfora de seu tempo ou da Revolução Libertadora, já que não fora deste modo que a *historieta* fora lida no momento de sua publicação (PALACIOS, 2012; GAGO, 2015; FERNÁNDEZ & GAGO, 2012). Todavia, para nós não se trata de observar a obra como uma metáfora; ora, a metáfora “designa uma coisa com o nome de outra que tenha com ela uma relação de semelhança” (REBOUL, 2004, p. 122), e não pretendemos extrair do enredo, através de interpretação, uma série de significados dispostos através de alegorias ou mensagens ocultas. Trata-se, antes, de perceber a narrativa de “O Eternauta” inserida em um duplo momento: *primeiro*, o do campo de produção de *historietas*, que via de regra está submetido ao campo econômico – e desta dinâmica específica que se origina a escrita diferenciada de Oesterheld e a relação interna na Editora *Frontera* entre seus agentes (VAZQUEZ, 2010); *segundo*, um momento em que a produção que circula em grande escala, e alcança à diferentes classes sociais, com diferentes vínculos com a sociedade e com os debates políticos, exerce influência direta ou indireta nas elaboração de percepções da realidade, por mais breves que sejam. Isto é, para sua bem sucedida recepção foi necessário um vocabulário compartilhado entre editora e leitor; um espaço onde era preciso satisfazer requisitos do mercado para sua manutenção, mas que compartilhava-se temas de interesse comum. Por um lado, uma história de ficção científica, uma aventura emocionante e instigante, que desprenda o leitor da conjuntura econômica inflacionária, da perda de direitos trabalhistas, do esgotamento do horizontes de expectativas da classe trabalhadora, peronista ou não, ou por outro, uma proposta, *dentro de si mesma*, de questionar os limites da experiência humana e dos impasses éticos e morais, de esquecer ou de alimentar esperanças – questões que estão presentes na obra, e que circulam na sociedade argentina pós-1955, na intelectualidade rebuscada ou proletarizada, que concernem à todas as pessoas; deste modo, questões não presas somente à obra. Está inserida, ou é produto, ou talvez interlocutora de um espaço de experiência específico.

É desnecessário incorrer sobre o aspecto ficcional da obra: não é um livro de história, não é um relato memorial ou testemunhal. Sendo a invasão de seres de outro planeta o *plot* central da narrativa, muito bem poderíamos descartar quaisquer intenções que apontassem para uma representação em “O Eternauta” – “um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo” (PEIRCE, 1972, p. 94 Apud CAGNIN, 1975, p. 27), ou seja, uma interpretação no sentido de fazer tal qual outro faz. Todavia, o fato da narrativa não discorrer sobre eventos objetivamente

detectáveis no passado ou no seu presente de produção não quer dizer que ela não relacione suas intenções e sua expressão em aspectos simbólicos à seu contexto, isto é, “a ficção é ‘um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representa-lo nem abonar-se nele’”. (CHARTIER, 2009, p. 24). Sobre isso, Lautaro Cossia disserta:

La propia localización espacio-temporal de la aventura es en todo significativo. Oesterheld nacionaliza la aventura, y hace portenõs comunes sean arrastrados a lacción contra un Otro desconocido. Rasgo que subraya esa “doble lectura virtual por la un elemento de un campo cultural puede ser elemento significante del espacio ideológico y político” (SIGAL, 2002, p. 7 Apud COSSIA, 2009, p. 4)

Em síntese, buscamos analisar a obra de uma forma diferenciada, percebendo-a em seu espaço de experiência. Não uma leitura retroativa, não uma busca por essência, mas conjuntamente observar as relações dela com seu campo de produção e sua contemporaneidade política e intelectual. Recorremos à Cagnin (1975), cujo referencial teórico encontra-se nas Teorias Semióticas de análise do texto e da imagem. Embora Cagnin opte por um modelo simplificado de análise, utilizando-se de uma mescla de perspectivas - de Ogden e Richards ou de Peirce -, a profundidade com a qual estabeleceu sua análise foi pioneira no país, continuando como referência para a análise de Histórias em Quadrinhos até hoje. Nossa análise, embora considere as ferramentas da semiótica como relevantes para a descrição estrutural da obra enquanto texto por si só, preocupa-se em perceber através da linguagem da historieta as relações, referências, posicionamentos e sintonias de sua proposta narrativa e argumentativa com o tempo na e da qual fala. Para isto, além da contribuição dos trabalhos citados nos capítulos anteriores, recorreremos ao trabalho de Roberto von Sprecher (1998); ao realizar uma interpretação *bourdiana* da obra, revela questões não abordadas em outros trabalhos da mesma temática.

3.2 *Una cita con el Futuro – El Eternauta.*

A editora Frontera fora fundada por Oesterheld ao fim de 1956, logo após um acordo amigável entre Oesterheld e a revista onde publicava seus roteiros, a Abril de Victor Civita. Entre 1957 e 1959 – período que nos interessa -, Fronteira possuiria 5 revistas: *Frontera* (1957-1961), *Hora Certo* (1957-1963), *Hora Cero Suplemento Semanal* (1957-1959), *Frontera Extra* (1958-1963) e *Hora Cero Extra* (1958-1963). É em *Hora Cero Suplemento Semanal* que Oesterheld, com as ilustrações de Solano Lopez (1928-2011), publica “O Eternauta” - no original “Una Cita con el Futuro – El Eternauta: memorias de un navegante del porvenir” - a

partir de Setembro de 1957 até seu encerramento em Setembro de 1959, que culmina com o fechamento da própria revista, mas ainda não da Editora. Derivada da *Hora Cero*, edição mensal e com papel de melhor qualidade, a edição semanal possuía menos páginas, 16 páginas impressas em preto e branco, dispostas na horizontal, com um custo mais acessível, cerca de \$ 1,50 pesos, quando de seu lançamento. Cada página continha 3 filas de quadrinhos, com cerca de 3 a 4 quadros por fila, e no caso de “O Eternauta” intercalavam-se quadros de textos com quadros de desenhos.

Antes da análise, façamos uma síntese da obra: em uma madrugada fresca, um roteirista de *historietas* trabalha dedicado em suas histórias, quando uma figura humana se materializa à sua frente; este afirma ter vários nomes, mas identifica-se como *Eternauta*, nome atribuído à ele por um filósofo do século XXI – “minha condição de navegante do tempo, de viajante da eternidade” (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 13). A partir de então o homem materializado passa a narrar sua história, trazida até o leitor pelo roteirista que escuta o relato do *Eternauta*. Este relato, em síntese, começa em uma semelhante noite fresca, quando Juan Salvo – o próprio *Eternauta* -, junto com seus amigos Favalli, Polski e Lucas jogam truco no sótão da casa de Juan, onde sua família também descansa – Martita, a filha, dorme tranquila no quarto, e sua esposa Elena lê um livro na cama do casal. Inesperadamente, uma espécie de neve começa a cair, que tão logo demonstra-se mortífera, matando qualquer coisa que toca – seres humanos, pássaros, gatos, cavalos, plantas; por sorte a casa estava completamente fechada. A partir de então começa a jornada de Juan e o grupo de amigos que encontrava-se na casa; preocupados em sobreviver, fazem um traje hermético (ver anexo A) para sair à rua e buscar suprimentos, e nestas idas e vindas perdem Lucas – que é assassinado por outro sobrevivente desconhecido e hostil - e Polski – que sai desesperado para retornar à família e é morto pela neve. Entre tanta morte, resgatam um garoto chamado Pablo.

Ao longo da narrativa, que é repleta de ganchos para uma próxima edição – traço da escrita seriada e semanal – o grupo de Juan descobre ser a neve, assim como outras táticas, uma ferramenta de invasores extraterrestres interessados na dominação do planeta terra. Estes invasores desconhecidos pelas personagens e pelo próprio leitor – nunca tem sua forma realmente apresentada – utilizam outros seres extraterrestres como agentes da dominação. Os “cascudos”, os “mãos” e os “gurbos” (ver anexos B, C e D), também tiveram seus planetas natais dominados pelos “Eles”, como são chamados os reais invasores – estes, na verdade, jamais são apresentados para as personagens e para o leitor; escondidos por uma redoma brilhante, assemelham-se a esferas flutuantes, embora não se saiba se não ocultam algo mais.

Para tentar combater estes invasores, outros sobreviventes ligados ao exército organizam a resistência, cabendo a Juan o comando da milícia civil. Deixando sua esposa e filha na residência da família no bairro de Vicente López, Juan parte junto à resistência, onde conhece outras personagens, como o metalúrgico Franco e o historiador Mosca. Mas sucessivas derrotas e poucas vitórias encaminham a narrativa para um fim cada vez menos otimista. Ao fim, quando o exército improvisado e a milícia são dizimados pelos invasores, o grupo de Juan Salvo decide fugir para o campo, quando escutam no rádio que estão sendo feitos campos de refugiados, livres da neve mortífera que não para de cair. Entretanto, tratava-se de uma armadilha dos invasores, que conseguem abater Favalli, Franco, Mosca e Pablo. Assim como os “cascudos” e os “gurbos”, que são controlados por um implante eletrônico, os humanos que caem nas mãos dos “Eles” são transformados em homens-robô, através de um chip implantado no cerebelo que os transforma em marionetes, agregando um tom dramático à narrativa. Juan, Elena e Martita, desesperados tentando fugir dos “cascudos” e dos homens-robô que até pouco antes eram seus amigos, entram em uma nave dos invasores que parece estar vazia. Tentando entender os controles confusos da nave, Juan transporta Elena e Martita para um *continuum* desconhecido, enquanto ele é transportado para outro diferente; encontra-las passa a ser então sua jornada. Isto encerra o relato do *Eternauta* ao roteirista, quando o primeiro pergunta em que ano estão, isto é, meados de 1959. Juan percebe que pode reencontrar sua esposa e Martita naquela noite, já que a invasão relatada acontece em 1963, e sai em disparada até a sua casa, à poucas quadras da casa do roteirista. Este o segue, tentando entender como aconteceria o encontro de dois Juan Salvo, um do futuro e outro do presente, o que poderia ser um paradoxo da viagem no tempo. Entretanto, não acontece um encontro entre duas versões de Juan Salvo, mas o esquecimento de suas memórias sobre a tragédia que iria acontecer dentro de 4 anos. O roteirista questiona Juan sobre o relato, se ele não se recordo de nada, mas o reencontro de Juan com sua família oblitera qualquer lembrança da invasão. A narrativa encerra-se, então, com a pergunta desesperada do roteirista “Que fazer? Que fazer para evitar tamanho horror? Será possível evitá-lo publicando tudo o que o Eternauta me contou? Será possível?” (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 360).

A partir do que observa Cagnin (1975), os quadrinhos são compostos por 2 signos gráficos, imagem e linguagem escrita, e é comum estabelecermos que ora ambos trabalham em conjunto na construção/condução das narrativa em HQ. Will Esiner, mestre da teoria da arte sequencial observaria que existem 3 elementos constitutivos da narrativa, isto é, o desenho, o texto, e o balão de fala, que conforme a técnica do roteirista e do ilustrador, elaboram uma

narrativa acelerada, com ganchos, com adiantamentos ou com suposições (EISNER, 2010). Geralmente, a imagem (desenho) como signo predomina dentro da imagem gráfica (texto escrito), sendo o signo linguístico responsável pelo argumento envolvente destas imagens. Ambos signos confluem na projeção de uma *mensagem*, abordando convenções e representações, originam e obedecem a um contexto sequencial, onde o desenho estabelece denominações e simbolismos em paralelo ao texto que os organiza em uma percepção linear, sem o qual o leitor não compartilharia do enredo - de seus pressupostos, artifícios, lógicas e valorações, mas também de nomes, acontecimentos, sentimentos dos personagens. Deste modo, quanto à estrutura narrativa e os elementos que a constituem, podemos afirmar sem dúvidas que há uma primazia do signo linguístico sob o signo imagem na estrutura de “O Eternauta” (GALVANI; 2008; GARCÍA & OSTONI, 2002) na medida em que, aos analisarmos as páginas onde estão escritas a história, existe a dominação de quadros e balões textuais sob os quadros de desenho.

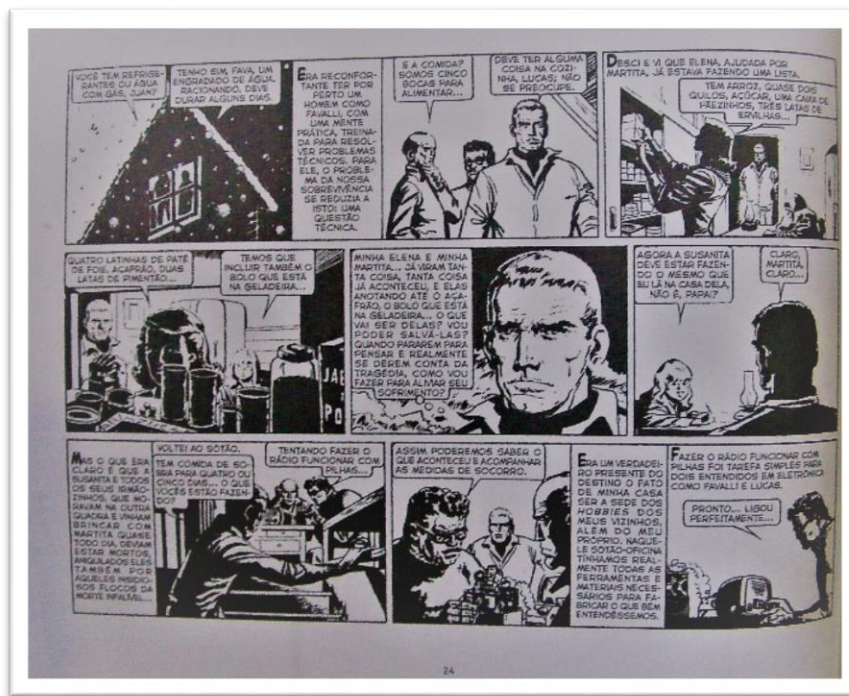


FIGURA 1: O rosto de Juan Salvo. (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 24)

Como exemplo, a página acima: enquanto existem 9 quadros de desenho, entre balões de fala e quadros de signos linguísticos podemos contar 19. Para além do elemento estético, a relação entre texto e desenho, signo linguístico e signo imagem, estabelece na dominação do segundo pelo primeiro a sua natureza icônica e raramente simbólica – simbólico como algo que não está preso ao texto ou ao enredo restrito. Se o desenho geralmente transita entre a mera

ilustração de algo e a complexa constituição como símbolo, de modo algum os desenhos de Solano Lopez em “O Eternauta” ultrapassam a simples ilustração dos símbolos propostos pelo argumento de Oesterheld. Como assim?

Novamente, vejamos a página acima, onde a personagem/narrador Juan Salvo aparece bem ao centro (quinto quadro de desenho). Em seu semblante estão os traços de uma reflexão. Os músculos da testa contraídos, projetando ambas as sobrancelhas para próximo do alto do nariz. Os lábios retos, sem demonstração da flexibilidade da boca. Os olhos, embora a tinta negra do desenho não permita maiores detalhes, revelam a lubrificação de alguém próximo a chorar. Enquanto transmissão de uma mensagem, utilizando de razão estético-psicológica para a estabelecer uma significação (CAGNIN, 1975, p.22), o desenho de Solano Lopez desperta e alcança sentimentos/estados e objetivos. Sentimento de aflição – objetivo de causar empatia. Estado de reflexão – objetivo de causar expectativa. Todavia, a seletividade (o que aparece e o que não aparece) deste e de outros quadros está determinada não apenas pelas escolhas e intenções do desenhista – ele poderia tê-lo desenhado de costas, refletindo enquanto vasculhava algum armário -, mas pelas escolhas e intenções do roteirista em primeiro lugar, revelando ao mesmo tempo uma relação de poder e de dominação na produção da obra, explicando o papel/tarefa da imagem: a denotação da imagem tem como referentes a realidade física - um homem aflito - e a *ordem* do texto – ilustrar os pensamentos de Juan Salvo, definidos por um homem chamado Oesterheld.

Laura Vazquez (2010) observa a contínua centralização dos roteiros por parte de Oesterheld: criava pseudônimos, preocupado em não perder a propriedade intelectual de suas personagens. (VAZQUEZ, 2010, p. 19). Ora, como editor, estava em posição dentro do campo de estabelecer esta centralização, ao menos dentro da Editora *Frontera*; detinha o poder de determinar o que deveria e o que não deveria ser publicado, obedecendo tanto aos padrões estéticos do campo, quanto estabelecendo novos critérios de legitimidade para um história de qualidade – posição herdada dos tempos da Abril. Além, era capaz de estabelecer os prazos e os ritmos dos roteiros, bem como de conseguir estabelecer na editora *Frontera* um espaço que atraía desenhistas promissores mas sem capital social ou simbólico para localizarem-se na mesma hierarquia do campo (VAZQUEZ, 2010, p. 81), relacionando-se com as questões referentes aos ciclos de produção da Indústria de *Históricetas*. Isto é, enquanto estas estavam dispostas em um ciclo de produção relativamente curto, ciclo que procura minimizar os riscos por um ajustamento à demanda detectável (BOURDIEU, 1996, p. 163), Oesterheld estava em posição de manejar a questão econômica, a questão de demanda do público – se estava ou não

buscando novos tipos de histórias – e talvez, o mais importante, seus próprios pressupostos pessoais – talvez geracionais, de classe. Isto provavelmente explica a escassez de referências sobre Solano Lopez neste e outros trabalhos que abordem o “O Eternauta”: não se trata de esquecê-lo, mas de perceber que seu papel no desenvolvimento da obra é secundário. Solano López trabalhou juntamente com Oesterheld em outras histórias, como “Ernie Pike” (1957), desligando-se dos trabalhos nacionais a partir de 1960, época em que a indústria nacional argentina de *historietas* estava em decadência e assumia o controle do mercado editoras estrangeiras, principalmente europeias (VAZQUEZ, 2010). Solano Lopez também ilustra as páginas de “O Eternauta II”, de 1976, cujo enredo não abordaremos justamente por haver um deslocamento, tanto na obra quanto na trajetória de Oesterheld, que influencia nas interpretações do primeiro Eternauta.

A mensagem proposta em “O Eternauta”, à semelhança de outras obras de Oesterheld da época, orienta-se através de uma questão ideológica não explícita do agente, mas que invariavelmente participada na elaboração da obra:

Entendemos por buena la historieta flerte, la historieta que sabe ser a la vez recia y alegre, *violenta y humana*, [...] la historieta que sorprende al lector, por que es nueva, porque es *original*, porque es *moderna*, de hoy, de mañana si hace al caso. [...] Las presentamos con legítimo orgullo de editores, sabiendo que con Hora Cero Semanal, hacemos un nuevo aporte de valor al grupo de revista que, dando la espalda al material importado, más barato pero casi siempre inferior, prefieren abrir sus páginas al *material argentino*. (OESTERHELD, 1957 Apud VAZQUEZ, 2010, p. 17) [grifo nosso]

Violenta e humana, original, moderna, argentina: são valores com os quais Oesterheld, no papel de editor e dono da empresa, estabelece como orientadores dos roteiros da revista. O fato da aventura de Juan Salvo acontecer em solo portenho é outra prova desta valoração. E se observarmos os debates do capítulo 2, quando grupos diversos da intelectualidade buscavam a um só tempo explicar o *hecho* peronista, compreender a conjuntura atual e estabelecerem os valores pelos quais se basear – e tornarem-se peças-chave desse processo enquanto líderes -, não fica Oesterheld distante destas questões. Pertencente ao mundo universitário ao fim da década de 1940, de uma forma ou de outra Oesterheld estava inserido nas problemáticas do campo intelectual e do campo político, da fragilidade que as Instituições Universitárias possuíam em relação aos movimentos do Estado (SIGAL, 1991, p. 44). Anti-peronista, voltado tendendo a uma visão socialista e ao mesmo tempo pacifista – como suas abordagens nas histórias de “Ernie Pike” (1957) (NICOLLINI & BELTRAMI, 2016) – muito bem poderíamos

observar a aproximação de Oesterheld à questões que circulam no intervalo de 1955 a 1959: a modernização da Argentina através da campanha de Frondizi, a argentinidade como elemento de legitimação de qualquer postura política ou cultural, as incertezas econômicas, políticas e os confrontos de uma sociedade dividida.

Como bem observa Garcia e Ostuni (2002), Oesterheld pessoalmente posicionava-se pela necessidade de uma aliança de classes para a solução dos problemas nacionais, a mesma postura de Frondizi nas eleições de 1958 (GARCIA & OSTUNI, 2002, p. 129; NICOLLINI & BELTRAMI, 2016) Em uma relação entre artista e obra, não se pode esquecer da parcela pessoal que estabelece sua produção; o artista, como qualquer ser humano, possui suas expectativas e experiências. E como observamos no capítulo 2, havia certa noção de dever para com a sociedade, a classe operária, a não argentina; assim, Cossia ressalta a circulação do imperativo sartreano de compromisso intelectual da época atrelado ao pós-segunda guerra, caracteriza a produção de obras como as de Oesterheld (COSSIA, 2009, p. 4), característica da dinâmica entre campo político e campo intelectual argentino da década de 1940 e 1950, quando os critérios de legitimação dos intelectuais encontra-se, via de regra, em seu envolvimento com questões ideológico-políticas.

3.3 O humanismo de “O Eternauta” ou de Oesterheld?

Sobre questões ideológico-políticas: muito se credita a “O Eternauta” valorações humanísticas. (GAGO, 2015; VAZQUEZ, 2010, p. 276). Seria uma elaboração póstuma, ligada às recepções diferenciadas de leitura, ou seriam valorações mapeáveis? Em primeiro lugar, Oesterheld conduz a narrativa a partir do que ele mesmo pensava ser uma versão de Robson Crusoe, mas ao invés de uma ilha cercada por água, o chalé de Juan Salvo está cercado por morte. (GARCÍA & OSTUNI, 2002; GALVANI, 2008; OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 21-22). Quer dizer, Juan Salvo depara-se com uma situação que abala todas as estruturas de sua realidade habitual, e o constante estranhamento com a morte – tanto como elemento da própria interrogação da obra, como ferramenta de reintroduzir o tema em uma produção seriada, cujos intervalos semanais requeriam uma recapitulação dos acontecimentos e do enredo – constroem uma realidade desoladora, de onde partem os questionamentos de Juan sobre a vida e a humanidade. Mas é Favalli que brinda o grupo com percepções realistas do que acontece:

Como saber até onde podem chegar as ambições, os apetites dos outros numa situação como esta, onde não existe polícia nem outra autoridade que imponha

limites? Logo isto vai ser como uma selva... todos contra todos... (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 27)

Aqui é preciso destacar a importância da leitura de Roberto von Sprecher (1998) sobre a produção geral de Oesterheld; Sprecher destaca uma continuidade de valores e de enredos nas obras de Oesterheld. Conforme observa o autor,

Los modelos de sociedad construídos por Oesterheld implicarán la imposibilidad del retorno, así como la casi insalvable dificultad para construir otra sociedad, aún en los márgenes. Ejemplos de esta dificultad serán Sherlock Time y Mort Cinder, que viven su próprio orden pero a base de ser sobrehumanos. Los comunes mortales, salvo que acompañen – cual escudeiros – a alguén com rasgos sobrehumano, parecen estar condenados a un peregrinar amargo entre órdenes estallados. [...] En este sentido, la visión que nosotros leemos em lamodelización de Oesterheld se asemeja a uma imposibilidad de la sociedad, a la “experiência” del limite de lo social, tal como lo plantean Esneosto Laclau y Cantal Muffe. (SPRECHER, 1998, p. 139-142)

Logo, é do desmoronamento do Espaço Social – o que a pouco caracterizamos como o abalo das estruturas de sua realidade habitual – e da necessidade de autoridade e de organização – do contrário, a selvageria dos homens – que “O Eternauta” fala em suas primeiras páginas. É do questionamento sobre as intenções, da natureza e das possibilidades do ser humano que se trata este humanismo tipicamente atribuído à obra.



FIGURA 2: Favalli e a questão dos homens. (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 101)

Outro exemplo: na página acima, já mais à frente no enredo, quando a milícia civil avança em direção ao centro de Buenos Aires, onde se acredita localizar o Quartel General da invasão (ver anexo E), é novamente Favalli quem traz outra assertiva, quando o exército e a milícia já estão organizados e convictos na resistência:

Poucas horas atrás, os homens caçavam uns aos outros, como feras[...] Agora que sabemos que os inimigos são seres estranhos à terra, sentimos que somos todos irmãos. Era necessária uma catástrofe como essa para aprendermos o que nunca devíamos esquecer...

Embora desconsideramos a obra como representação direta de qualquer questão da conjuntura política relacionada à ditadura da Revolução Libertadora, é quase impossível não perceber uma sintonia entre a questão da sociedade argentina dividida e a proposta conciliadora por trás de “O Eternauta”, cujo herói, nas palavras de Oesterheld, é um herói coletivo (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 5). Como dissemos à pouco, talvez o que caracterize o “O Eternauta” seja então não uma representação da realidade, mas um diálogo com o espaço de experiência na qual a obra, o autor e o leitor estão inseridos, já que a obra sendo produção seriada mantém contato constante com o público consumidor – através de cartas à edição, tabela de vendas -, quanto estava suscetível durante o processo de sua produção aos sentimentos produzidos por acontecimentos políticos ou pessoais com que seus produtores estabelecem leituras e interpretações, e como agentes produtores de cultura, propostas artísticas ou sociais. Um terceiro exemplo: Favalli observa a possibilidade dos próprios líderes da invasão, “Os Eles”, também serem manipulados – “nós mesmos, os humanos, nunca sabemos ao certo se somos ou não manipulados.” (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 265). Infelizmente não tivemos contato com as edições originais, então não poderíamos precisar a data; mas, tratando-se de uma página mais ao fim da obra – página 265 de 360 – é bem provável que sua escrita tenha ocorrido em meados de 1958, se não já ao início de 1959, quando o governo de Arturo Frondizi já demonstrava posturas contraditórias com as promessas de campanha, como foi o acordo de concessão das zonas de petróleo, a aprovação por parte de Frondizi do Artigo 28 do decreto 6.403 de 23 de dezembro de 1955, da legalização do ensino superior privado, ou, ao fim de 1958, o estado de sítio devido às greves gerais dos setores energéticos.

Podemos observar outras passagens que explicitam a concepção ideológica de Oesterheld, ou melhor dizendo, o diálogo entre obra e espaço de criação: quando Juan Salvo e Franco conseguem capturar um dos “mãos”, que até então pareciam ser os invasores, mas que

se revela apenas uma ferramenta dos “Eles”, transparecendo apenas uma criatura pacífica e contemplativa. O “mão” conta que quando seu planeta fora capturado, todos os habitantes tiveram implantado em seus corpos uma glândula produtora de um veneno mortal, que era acionada no instante em que sentiam medo. Além de observar o comportamento humano através desta metáfora – percebe que uma ação inexorável se esfacela diante do medo, emoção baseada na indecisão e na incerteza – Oesterheld transmite através das palavras do “mão” reflexões como esta:

[enquanto segura um bule de café, o mão diz] será que os homens percebem todas as coisas maravilhosas que os cercam, tem ideia de quantos mundos habitados há no universo e quão poucos floresceram objetos como estes? [...]. Cada coisa aqui emana milênios de inteligência, milênios de arte, milênios de ternura... (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 170)

E sobre o que significa “os Eles”:

Eles são o ódio, o ódio cósmico... Eles querem o universo inteiro para si... Eles nos obrigam a destruir e a matar, justo a nós, os “mãos”, que vivíamos só pensando na beleza..(OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 172)

O fato dos “Eles” configurarem a gigantesca força que a tudo domina, a perversidade universal, determina-se a trajetória de Juan para uma batalha quase sem fim. Na responsabilidade do argumento de Jena-Paul Sartre (2007), isto é, o existencialismo pós-segunda guerra que conduz à um posicionamento dos intelectuais frente às questões políticas e culturais de seu tempo, encontramos sua referência:

Si verdaderamente la existencia precede a la esencia, el hombre es responsable de lo que es. Así, el primer paso del existencialismo es poner a todo hombre en posesión de lo que es, y hacer recaer sobre él la responsabilidad total de su existencia. [...], no queremos decir que el hombre es responsable de su estricta individualidad, sino que es responsable de todos los hombres. (SARTRE, 2007, p. 32-33)

Não se trata de um mal essencial e universal, mas capaz de alcançar à todos os homens – já que não tem um rosto definido. Não por acaso, “Una Cita con el Futuro” – um compromisso com o futuro. Embora o enredo de “O Eternauta” aborde uma invasão alienígena, e que o padrão de escrita de Oesterheld encaminhe suas conclusões sobre a impossibilidade do retorno à uma Estrutura do Espaço Social anterior à catástrofe, isto não impede de percebermos que recaí sobre a espécie humana o papel ou o dever de procurar interromper ou corrigir à catástrofe que está por vir – no plano da obra -, ou dos feitos humanos no plano real. Este mesmo posicionamento pelo coletivo no que diz respeito às ações humanas políticas e culturais explica o posicionamento de Oesterheld em elaborar uma narrativa em que embora Juan Salvo seja o

personagem principal, este não possui quaisquer traços heroicos – pelo contrário, constantemente depara-se em questionamentos sobre si (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 39, 48, 106); sobre o porquê de resistir (ibid, 2011, p. 190, 244, 245, 318).

Mas como observa Sprecher (1998), “O Eternauta” fala sobre a impossibilidade do retorno. Um retorno que no intimismo da obra, que preocupa-se em estabelecer entre o leitor e o conteúdo da narrativa uma familiaridade: sentimentos, lugares. Ao longo da narrativa Juan Salvo lembra dos momentos felizes que tivera em sua casa; pensa em Elena e Martita, que o aguardam enquanto ele combate “cascudos”, “mãos” e “gurbos”. Ao fim, quando encontra-se totalmente cercado e aflito tenta manipular a nave onde se refugia juntamente com Elena e Martita, o diálogo entre Juan e Elena é simbólico (quadro 7, 8 e 9):

Juan: Poderíamos voltar ao chalé... ou percorrer o mundo... em algum lugar ainda deve haver homens resistindo...

Elena: seria maravilhoso voltar ao chalé!

Juan: Você gostaria?

Elena: Sim! Daria tudo para voltar ao chalé!

(OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, P. 352)



FIGURA 3: A nave e o chalé. (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 352)

Retornar ao chalé significa retornar à normalidade, a simplicidade da vida anterior à catástrofe; é escapar da morte e da dominação dos “Eles”, mas também é fugir do compromisso de resistir, um fazer coletivo. Algo impossível de se fazer. A expressividade de Juan Salvo no quadro 7, uma das raras independências do desenho de Solano López em relação ao texto de Oesterheld, viabiliza ao leitor compreender o desespero representado pelas personagens: olhos vidrados, significantes de um estado de aflição, angústia, sobrevivência. Semelhante perplexidade é encontrada na última página.



FIGURA 4: A questão (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 360)

Oesterheld procurou estabelecer tanto um meio de captação de capital econômico, como procurou estabelecer através do entendimento e dos usos da estética das Histórias em Quadrinhos – da seriação, da extensão de roteiros, do desenho e roteiro intimistas e realistas, de colocar significado CAGNIN, 1975, p. 159) – um meio de produzir mensagens inteligíveis ao público leitor que se diferenciasssem dos modelos típicos da indústria cultural estadunidense – para ele, uma produção de baixa qualidade (VAZQUEZ, 2010). O fato de serem produzidas diferentes leituras sobre a obra, mesmo que esta obedeça às normas de sequência das HQs, de narrativa que adiciona novos elementos e recapitula antigos fatos, está relacionado não apenas a possibilidade inerente das múltiplas interpretações e falácias interpretativas que os textos e os símbolos deslocados de seu contexto podem gerar, mas precisamente ao fato das questões com que se relaciona possuem respostas incertas e transitáveis, são reflexivas, transcendentalistas,

contém a imprecisão das próprias relações humanas, sejam políticas ou sociais. São questões sérias, evidência de sua profundidade literária.

Em seu contexto de elaboração, e dado o passado argentino, e em geral, sul-americano de disputas políticas e de golpes de Estado – sem saber, de golpes porvir -, “O Eternauta” insere-se em um estilo tipicamente sul-americano de literatura reflexiva sobre as possibilidades de suas sociedades, do que é possível se fazer. Devemos estar atentos ao horizonte literário que Oesterheld encontrava-se, isto é o argentino, cuja produção nacional de *historietas* supera muito a produção do Brasil, desde sempre lutando por espaço frente aos roteiros estrangeiros (VERGUEIRO & SANTOS, 2010, p. 136-137). E mesmo que dentro do Espaço Social onde ocorrem as disputas politicamente orientadas que originam literaturas, onde não podemos generalizar e conceber uma totalidade continental de produção literária (LOSADA, 1986), isto não nos impede, todavia, de perceber homologias na organização de diferentes Estados Nacionais, de países ex-colônias ibéricas, de economias primário-exportadoras, etc, de literaturas e de problemáticas compartilhadas, vividas, trabalhadas. Como bem observar Eisner,

A compreensão de uma imagem requer uma comunidade de experiência. Portanto, para que sua mensagem seja compreendida, o artista sequencial deverá ter uma compreensão da experiência de vida do leitor. É preciso que se desenvolva uma interação, porque o artista está evocando imagens armazenadas nas mentes de ambas as partes. (EISNER, 2010, p. 13)

Ou seja, um espaço onde há, por exemplo, o projeto de Frondizi que tentava de alguma forma mesclar uma sociedade cujas fissuras estavam alargando-se, fixando-se em orientações político-ideológicas - campo vs cidade, alpargatas vs livros, *pueblo* vs *anti-pueblo*, homens vs homens manipulados pelos “Eles”?, mas também publicações como a *Contorno*, *Qué*, *Sur*, *Frontera* localizadas em uma zona de mediação, transitando em diferentes relações com os agentes do Espaço Social, dominantes ou dominados, mas que igualmente procuram dar respostas. Deste modo, Oesterheld e *Frontera* inserem-se no

proceso de produccion [que] es un trabajo sobre la agenda de problemas que le plantean todas ellas [sociedade europeia/estadunidense, sociedade tradicional e sociedade urbana modernista], es una toma de posición a favor o en contra de las contradicciones en que se encuentran. [...] Pero los problemas de este espacio no solo pueden ser definidos por sus funciones de mediacion [...] Sino que significan un complicado juego de identificaciones y rechazos, a favor de Europa/USA y en contra de las posibles demandas de los "espacios interiores", o viceversa. (LOSADA, 1986, p. 22)

Espaço no qual circulam questionamentos sobre as incertezas e impossibilidades de homogeneidade nas relações políticas e sociais – em um nível mais abstrato, uma dinâmica que descreve percepções políticas e estéticas literárias. Com isso, gostaríamos de encerrar este capítulo com as palavras de Sprecher:

“El Eternauta” es el relato premonitorio de un país destruido, de un Pueblo aniquilado por una nevada mortal. Es la anticipación de un desgarramiento sin posibilidad de cicatrización. Cundo Juan Salvo se une a la resistencia, tiene la certeza de que no volverá a ver a su esposa y a su hija. Oesterheld no volvió a ver a sus cuatro hijas. Hay heridas que nunca cierran. No tuvimos el cuerpo de Oesterheld y no tenemos su tumba. Esto constituye una fissura que no tiene posibilidad de cerrarse. *La sociedad imposible que constituye Oesterheld em sus relatos es Argentina.* (SPRECHER, 1998, p. 142) [grifo nosso]

À GUIA DE CONCLUSÃO

Tentamos, ao longo destes 3 capítulos, compreender a dinâmica de parte do Espaço Social da Argentina durante a década de 1950. Ao optarmos por analisar alguns agentes do campo político, acabamos excluindo outros, quer dizer, não observamos o comportamento da classe operária de forma muito aprofundada; isto se deve, na verdade, à relação que os agentes de outro campo desta sociedade mantiveram com a classe operária, seja, os intelectuais. Como nosso objeto principal de estudo é “O Eternauta”, de Héctor Germán Oesterheld, inserido de forma diferenciada tanto no campo intelectual quanto na indústria cultural de HQs, era preciso que nossa análise aborde-se a própria relação que estes agentes culturais mantinham com o restante de sua sociedade. Ora, embora boa parcela destes agentes tentasse manter vínculos, e orienta-se por uma convicta ideia de um dever para com as massas - como foi o caso do CLES durante a primeira metade da década de 1940, quando disponibilizava cursos abertos, ou às reformulações político-ideológicas de intelectuais após o golpe de 1955 e a permanência do peronismo como movimento político atrelado à classe trabalhadora, as publicações como *Contorno* – em certa medida há uma distância não interrompida entre a realidade de uma classe média, ou de uma cultura erudita, ou de uma noção de democracia tipicamente liberal, e a realidade de uma classe até pouco excluída, que ascende através de um movimento da qual faz parte e ao mesmo tempo é moldada – o peronismo. Em uma palavra, neste período de 1955-1960, a classe trabalhadora é mais objeto de disputa – de intelectuais e partidos políticos, que decidem quem pode representá-la melhor – do que compreendida em suas próprias lógicas; ela é interpretada por outro, ou explicada por agentes que não utilizam métodos objetivos de análise. Por quê?

Os agentes do campo político, do campo intelectual, a sociedade argentina como um todo, estão inseridos, e são influenciados, em um espaço de experiência do qual falam e propõem alternativas para o mesmo. Diferentes grupos, cuja percepção do passado – como retorno ou aversão – e projeção para o futuro – retorno ao passado ou modernização – articulam os enfrentamentos da década de 1950, não encerrando este debate ao fim da mesma década. A disputa por este poder simbólico nunca se encerra, embora os critérios para a análise da realidade fiquem menos politizados a partir da geração de 1966, quando critica-se o cientificismo das Universidades (NEIBURG, 1966). Mas para o período que nos diz respeito, qualquer compreensão da realidade, de movimentos políticos, de fenômenos sociais está determinada por pressupostos pouco “objetivos”, isto é, são guiados por pré-conceitos. Ao que

concerne a produção cultural, mesmo a industrializada, de certa forma esta interage com estas questões abrangentes e estes posicionamentos, mais ou menos explícitos, como são as obras de Oesterheld.

Neste caminho, nos relacionamos com uma contradição, na medida em que nos relacionamos de forma dupla com o mesmo objeto, isto é, a HQ. Enquanto historiadores, podemos aprofundar nossos estudos em relação à uma obra literária, uma pintura, uma escultura, um filme, refletindo às regras de sua produção, pensando seus significados como o resultado de uma disposição de pressupostos de uma determinada época, de um determinado grupo – ou campo-, como forma de expressão de um único indivíduo, que seja. Por outro lado, não compartilhamos, como ficou evidente, de uma perspectiva de representação ou ilustração da obra – algo recorrente se não na historiografia, na discurso de vários historiadores e historiadoras com quem tivemos contato ao longo da graduação. Pensar uma obra literária, ou gráfica, o musical, enfim, todas as manifestações artísticas como estritamente ligada à realidade é persistir na teoria mimética, pensar a obra como retrato da realidade, pensar a obra sendo seu conteúdo (SONTAG, 1987, p. 12). Perceber uma obra como mimese seria ao mesmo tempo coloca-la como objeto que apenas registra algo exterior, como sentenciar todas as elaborações políticas, os debates intelectuais, as produções culturais como A realidade, e não construtores da mesma; seria esquecer que todas as atividades humanas – criativas e práticas – constroem uma visão de mundo, e logo, um mundo – diferente daquele da década de 1830, 1200 a.C ou do Nepal da mesma década de 1950. É claro que para os intelectuais, os agentes políticos e todos os cidadãos argentinos desta década turbulenta, seu dia-a-dia era inexorável, bem como seus projetos para modifica-lo. Mas se nós, distantes no tempo e no espaço de experiência, ao não percebermos a complexidade de determinadas sociedades, de suas relações e de suas produções culturais atreladas à sua vivência, além de empobrecê-la enquanto obra a colocando como mimese, distanciáramo-nos de aprofundamentos sobre esta sociedade argentina e as disputas que a tange.

Mais uma vez, é preciso dizer que se tratando de uma obra de arte, sua existência ultrapassa a interpretação de sua forma ou de seu conteúdo, de uma possível atribuição geral de sua função objetiva e seu alcance subjetivo. Embora não exista por si só, como desprendida de seu período e de suas intenções, ela ao mesmo tempo possui possibilidades de transcender seu próprio limite temporal através de ressignificações. Mas, ainda que observáveis historicamente, este processo não pretendíamos descrever totalmente neste trabalho. Ora, há uma bibliografia abrangente, um movimento de memória nacional – como a publicação que homenageia o

lançamento de 50 anos “O Eternauta” e lembra os 30 anos sem Oesterheld (Campanha Nacional de Lectura, 2007) - um grupo de estudos de *historietas* na Universidade de Córdoba, liderado por Roberto von Sprecher, e vários pesquisadores sul-americanos que entendem esta “cultura de massa” tanto como algo massificado, como uma obra de Arte nada vulgar. Ao passo que as compreensões sobre o passado – conforme a epistemologia, a corrente teórica, a metodologia, o regime de historicidade - e a própria relação entre obra de arte e público determina novos ou diferentes discursos, não se pode arriscar aqui, em um simplório TCC, uma explicação totalizante. Talvez, nenhum trabalho deva fazê-lo. O que gostaríamos de destacar é que Oesterheld pode, através da sua posição na hierarquia do campo de *historietas*, definir diferentes temas, menos comerciais ou estrangeiros, roteirizando enredos com questionamentos sérios e mais profundos, que se lidos localizados em seu próprio contexto de criação não são representação da realidade política, como muito se acredita – ressignificação feita ao longo dos anos -, mas *dialogam* com as questões que circulam em sua sociedade: a divisão entre os homens, os limites do agir humano, o compromisso que os homens possuem para com as próprias ações, o grupo do qual todos os seres humanos fazem parte, a possibilidade de modificar, ou de fazer um futuro diferente. Acreditamos que “O Eternauta” não se estabelece como representação ou ilustração, mas como interlocutor comprometido – em todos os sentidos do termo - *Una cita con el futuro*. Tentamos nos distanciar da mera representação ou de buscar sua “essência” – o que nos levaria a uma interpretação, apontando apenas alguns “diálogos” que podem ser detectados.

Gostaríamos de ressaltar outro importante objetivo deste trabalho: além de se somar aos estudos voltados à obra de Héctor Germán Oesterheld e do campo intelectual argentino – em verdade, uma humilde contribuição -, este trabalho pretendeu somar fôlego e incentivar os estudos sobre História e Literatura, e especificamente, Histórias em Quadrinhos. No esforço de relacionar História e Literatura, e de não reduzir a produção artística à mera mimese da realidade, não discordo que este tipo de obra de arte possua exemplos fúteis e comerciais, ainda mais em um século XXI consolidado no consumismo desenfreado do capitalismo. Porém, em meio à um mar de super-heróis musculosos que salvam infinitamente os EUA, ou de super-heroínas hipersexualizadas e mocinhas frágeis a serem salvas, há um crescente mercado – sim, ainda um mercado – de HQs independentes, ou nem tão independentes assim, mas que abordam questões importantes sobre o passado ou nosso presente. Há algumas histórias badaladas para o meio em que são consumidas, mas pouco abordadas de um modo mais geral nas problematizações eruditas, como é o caso de “Palestina” e “Notas sobre Gaza”, de Joe Sacco,

“Persépolis” de Marjane Satrapi, “Maus” de Arthur Spiegelman, “Gen – pés descalços”, de Keiji Nakazawa ou “V de Vingança”, de Alan Moore. Ainda, existem outras de grande complexidade psicológica, intenção artística e alcance político, como “O Mundo de Aisha”, de Ugo Bertotti, a muçulmana “Ms. Marvel”, de Adrian Alphon, a esquecida “Balada de Halo Jones”, de Alan Moore, ou, incrivelmente, “O Eternauta”, de Oesterheld: vizinho *porteño*, desconhecido do público brasileiro até 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAMIRANO, Carlos. *Bajo el signo de las masas 1943-1973*. Editorial Sudamericana. 2001.

ALTAMIRANO, Carlos. *Peronismo y cultura de izquierda*. Siglo Veintiuno Editores. 2011.

ANDRADE, Régis de Castro. Perspectivas no estudo do populismo brasileiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 7, 1979.

ARMIÑANA, Eliana Mecle. Los derechos sociales en la Constitución Argentina y su vinculación con la política y las políticas sociales IN: Pobreza, desigualdad social y ciudadanía. Los límites de las políticas sociales em América Latina. *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2001.

Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101029063855/5parada.pdf>>
Acesso em 09/09/2017

AZZOLINI, Nicolás. Juego de reglas o reglas en juego. Consideraciones sobre la democracia, el pueblo y los partidos políticos nacionales durante el primer peronismo (1945-1955). *Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti"*. Córdoba - Argentina, año 13, nº 13. 2013

Disponível em: <http://cehsegreti.org.ar/archivos/FILE_00000426_1457637961.pdf> Acesso em: 13/08/2017

BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente lationamericano*. Siglo Veintiuno Editores. 1978.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. Companhia das Letras. 2014

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção – crítica social do julgamento*. ZOUK Editora. 2015

BOURDIEU, Pierre. *As regras da Arte – gênese e estrutura do campo literário*. Companhia das Letras. 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. DIFEL – Editora Bertrand. 1989.

CAGNIN, Antonio Luiz. *Os Quadrinhos*. Ed. Ática, 1975.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Campo Político. IN: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina de. (orgs). *Vocabulário Bourdieu*. Ed. Autêntica. 2017

CHARITER, Roger. *À beira da falésia*. Ed. Univerisadade/UFRGS. 2002.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Ed. Autêntica. 2009.

COSSIA, Lautaro. Héctor Oesterheld: En busca de una trayectoria intelectual. *Diálogos De La Comunicación*, N°78,2009.

Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3718844.pdf>> Acesso em 02/10/2017

DEVOTO, Fernando & PAGANO, Nora. *História de la historiografía argentina*. Editorial Sudamericana.1ª Edição. 2009

EISNER, Will. *Quadrinhos e Arte Sequencial*. Martins Fontes. 2010.

FERNÁNDEZ, Laura & GAGO, Sebastian. Historieta y mitos políticos: la relectura oficial de El eternauta en la Argentina democrática. *Anagramas* Vol, 10, N° 20, 2012, p. 117-128.

Disponível em: <<http://revistas.udem.edu.co/index.php/anagramas/article/view/610>> Acesso em 02/10/2017

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Ed. Civilização Brasileira, 2001.

FRIAS. Pedro J. La presidencia de Frondizi (1958-1962). IN: VALDVIA, Gerardo Gil; TAPIA, Jorge Chávez (org). *Evolución de la organización político-institucional en América Latina (1950-1975)*. Universidad Nacional Autónoma de México. 1979.

Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/2/712/17.pdf>> Acesso em: 08/09/2017

GAGO, Sebastian. La lectura de Oesterheld antes y después del retorno democrático. *La trama de la comunicación*. Vol, 19, 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1668-56282015000100007> Acesso em 02/08/2017

GALVANI, Iván. El Eternauta como representación de la masacre: acerca del carácter real de las representaciones. *Questión, Revista Especializada em Periodismo y Comunicación*. Vol 1, n° 20, 2008.

Disponível em: <<http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/665/572>> Acesso em 01/07/2017.

GARCÍA, Fernando & OSTUNI, Hernán. História y Sociedad - El Eternauta. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre la historieta*. Editorial Pablo de la Torriente, n° 7, vol 2, 2002.

Disponível em: <http://rlesh.mogno.com/pdf/RLESH_07.pdf> Acesso em 07/07/2017

GIRBAL-BLACHA, Noemí. El estado peronista en cuestión. La memoria dispersa del agro argentino (1946–1955). IN: *E.I.A.L.* Vol. 19. N°2. 2008.

Disponível em: <<http://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/viewFile/568/531>> Acesso em 10/06/2017

GOEBEL, Michel. La prensa peronista como medio de difusión del revisionismo histórico, 1955-1958 IN: *Prohistoria*. N° 8, 2004, p. 251-266.

Disponível em: <<http://www.historiapolitica.com/datos/biblioteca/goebel.pdf>> Acesso em 15/06/2017

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. FGV, 2007.

JAMES, Daniel. Ideología popular e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-1960. IN: *Revista Brasileira de História*. Vol 5, n° 10, 1985

Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3601> Acesso em 20/09/2017

JAMES, Daniel. Sindicatos, burocratas y movilización IN: JAMES, Daniel. *Nueva História Argentina Vol 9: Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Editorial Sudamericana. 2007.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto. Editora PUCRJ. 2015.

KOSSELECK, Reinhart. “História” como conceito mestre moderno. IN: KOSSELECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O Conceito de História*. Ed. Autêntica. 2013.

KOSSELECK, Reinhart. A configuração do moderno Conceito de História. IN: KOSSELECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O Conceito de História*. Ed. Autêntica. 2013, p. 119 – 184.

Laura Vázquez, *El oficio de las viñetas. La industria de la historieta argentina*. Ed. Paidós, 2010.

LICHTMAJE, Leandro. Confrontar al peronismo. Dinámica partidaria y prácticas políticas de la Unión Cívica Radical (Tucumán, 1946-1958). IN: *HISTOReLo*. Vol 8. Nº 15. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.15446/historelo.v8n15.50061>> Acesso em: 05/11/2017

LOSADA, Alejandro. La História Social de la Literatura Latinoamericana. IN: *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*. Año 12, nº 24, 1986.

MURMIS, Ezequiel Patricio. El Partido Comunista en el movimiento obrero argentino durante la “Revolución Libertadora”: del golpe de estado a la alianza entre el sindicalismo comunista y peronista (1955-1958). IN: *Izquierdas*. Vol. 28. 2016.

Disponível em: <<http://www.izquierdas.cl/images/pdf/2016/n28/5.Murmis.pdf>> Acesso m: 06/06/2017

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. Ed USP. 1997.

NICOLLINI, Fernanda; BELTRAMI, Alicia. *Los Oesterhelds*. Editorial Sudamericana. 2016. (versão kindle)

NOVARRO, Marcos. *História de la Argentina (1955-2010)*. Siglo Veintiuno Editores. 2010.

OESTERHELD, Héctor Germán; LÓPEZ, Solano. *O Eternauta*. Ed. Martins Fontes. 2011.

PALACIOS, Cristian. Desfasajes. Entre la historieta y la política. *La Trama de la Comunicación*. Vol 16. UNR Editora, 2012.

Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/trama/v16n1/v16n1a07.pdf>> Acesso em 21/07/2017

PANELLA, Claudio. El peronismo según el Diario La Prensa en tiempos de la Revolución Libertadora (1956-1958).IN: *Anuario del Instituto de Historia Argentina*. Nº. 1, 2000.

Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2912/pr.2912.pdf> Acesso em: 05/05/2017

PASSANI, Enio; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Cultura IN: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina de. (orgs). *Vocabulário Bourdieu*. Ed. Autêntica. 2017

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Editora Autêntica. 2007.

POTASH, Robert A. *El Ejército y la política en la Argentina (1945-1962): de Perón a Frondizi – Vol 2*. Editorial Sudamericana. 1994.

RAIMUNDO, Marcelo. Los Peronistas y las armas entre 1955 y 1966. *Estudios Históricos. CDHRPyB*, año IV, nº9, 2012, p.

Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4768518>> Acesso em 27/06/2017

RAMOS, Paulo. *Bienvenido: um passeio pelos quadrinhos argentinos*. Zarabana Books. 2016

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Martins Fontes. 2004.

RECALDE, Aritz. *El Pensamiento de John William Cooke en las cartas a Perón (1956-1966)*. Ediciones Nuevos Tiempos, 2009.

SARLO, Beatriz. *La batalla de las ideas (1943-1973)* Biblioteca del Pensamiento Argentino Vol. VII. Ed. Emecé. 2007.

SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Editora Puntosur. 1991.

SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. L&PM. 1987.

SPINELLI, Maria Estela. La “revolución libertadora”: Una ilusión antiperonista. *Prohistoria*, nº 9, 2005.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3801/380135835010.pdf>> Acesso em: 09/05/2017

SPINELLI, Maria Estela. *La desperonización. Una estrategia política de amplio alcance (1955-1958)*. No prelo. S.D.

Disponível em: <<http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Spinelli1.pdf>> Acesso em: 05/10/2017

SPRECHER, Roberto von. El Eternauta: la sociedad como imposible: Modelos de sociedad en las obras de Héctor Germán Oesterheld. JCV editorial, colección Historia y pensamiento, 1998. (versão digital)

SPRECHER, Roberto Von. *Teorias Sociológicas: Introducción a los contemporâneos*. Editorial Brujas. 2007.

TCACH, César. Golpes, proscripciones y partidos políticos. IN: JAMES, Daniel. *Nueva Historia Argentina Vol 9: Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Editorial Sudamericana. 2007.

TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina*. Siglo XXI. 1ª Edição. 2008.

TORRE, Juan Carlos. Interpretando (una vez más) los orígenes del peronismo. IN: *Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales – IDES*. Vol. 28. 1989.

Disponível em: <http://www.terras.edu.ar/biblioteca/13/13HSARG_Torre_Unidad_3.pdf> Acesso em: 14/05/2017.

TORRE, Juan Carlos. Introducción a los años peronistas. IN: TORRE, Juan Carlos (org). *Nueva Historia Argentina Vol 8: Los años peronistas (1943-1955)*. Editorial Sudamericana. 2002

VAZQUEZ, Laura. *El Oficio de las Viñetas – la industria de Historieta Argentina*. Paidós – Estudios de Comunicación XX. 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. Revista Crás!: Quadrinhos Brasileiros e Indústria Editorial. IN: *Matrizes. Ano 3, nº 2*, 2010.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1430/143016767009/>> Acesso em 15/08/2017.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política Brasileira*. Paz e Terra. 1978

_____ Raízes sociais do populismo em São Paulo IN: *Revista Civilização Brasileira*, 1965.

_____ Estados e massas no Brasil IN *Revista Civilização Brasileira*, 1967.

WISZNIACKI, Mariano. *El Peronismo y la crisis de hegemonía en la Argentina*. Faculdade de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. 2007

Disponível em: <<http://newpagecomunicacion.socials.uba.ar/files/2013/02/1448.pdf>> Acesso em 02/06/2017

DECRETOS-LEI DA REVOLUÇÃO LIBERTADORA

BUENOS AIRES, Decreto-lei 3.032/55, 16 de Novembro de 1955, Boletín Oficial, 22 de Novembro de 1955 Id SAIJ: LNN0023078.

Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/3032-nacional-lnn0023078-1955-11-16/123456789-0abc-defg-g87-03200ncanyel?q=%28numero-norma%3A3032%20%29%20AND%20fecha-rango%3A%5B19550101%20TO%2019551231%5D&o=0&f=Total%7CTipo%20de%20Documento/Legislaci%F3n%7CFecha%7COrganismo%7CPublicaci%F3n%7CTema%7CEstado%20de%20Vigencia%7CAutor%7CJurisdicci%F3n&t=1>>

BUENOS AIRES, Decreto-lei 3.855/55, 24 de Novembro de 1955 Boletín Oficial, 12 de Dezembro de 1955 Id SAIJ: LNN0023077

Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/legislacion/ley-nacional-3855.htm%3Bjsessionid=fdnp91c9byvdr0aqa41bdv5?0-1.IBehaviorListener.1-search~panel-form-searcher-text&bsrc=ci>>

BUENOS AIRES, Decreto-lei 4.161/56, 5 de Março de 1956 Boletín Oficial, 9 de Março de 1956 Id SAIJ: LNN0025998

Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/legislacion/ley-nacional-4161.htm>>

BUENOS AIRES, Decreto-lei 4.258/56, 6 de Março de 1956 Boletín Oficial, 14 de Março de 1956 Id SAIJ: LNN0025997

Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/4258-nacional-lnn0025997-1956-03-06/123456789-0abc-defg-g79-95200ncanyel?&o=17&f=Total%7CTipo%20de%20Documento%7CFecha%5B50%2C1%5D%7CTema/Derecho%20penal/pena/pena%20de%20inhabilitaci%F3n%7COrganismo/categoriavacia%7CAutor%7CEstado%20de%20Vigencia%5B5%2C1%5D%7CJuridicci%F3n%5B5%2C1%5D%7CTribunal%5B5%2C1%5D%7CPublicaci%F3n%7CColecci%F3n%20tem%Etica%5B5%2C1%5D&t=21>>

BUENOS AIRES, Decreto-lei 6.403/55, 23 de Dezembro de 1955, Boletín Oficial, 3 de Janeiro de 1956, Id SAIJ: LNN0024457

Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/6403-nacional-lnn0024457-1955-12-23/123456789-0abc-defg-g75-44200ncanyel?q=%28numero-norma%3A6403%20%29%20AND%20fecharango%3A%5B19550101%20TO%2019591231%5D&o=1&f=Total%7CTipo%20de%20Documento/Legislaci%F3n%7CFecha%7COrganismo%7CPublicaci%F3n%7CTema%7CEstado%20de%20Vigencia%7CAutor%7CJuridicci%F3n&t=2>>

BUENOS AIRES, Decreto-lei 7.107/56, 19 de Abril de 1956 Boletín Oficial, 30 de Abril de 1956 Id SAIJ: LNN0025995

Disponível em: <http://www.saij.gob.ar/legislacion/decreto_ley-nacional-7107-1956.htm?bsrc=ci>

BUENOS AIRES, Decreto-lei 9.270/56, 23 de Maio de 1956, Boletín Oficial, 6 de Junho de 1956, Id SAIJ: LNN0023801

Disponível em: <http://www.saij.gob.ar/9270-nacional-lnn0023801-1956-05-23/123456789-0abc-defg-g10-83200ncanyel?q=%28numero-norma%3A9270%20%29%20AND%20fecharango%3A%5B19550101%20TO%2019591231%5D&o=0&f=Total%7CTipo%20de%20Documento/Legislaci%F3n%7CFecha%7COrganismo%7CPublicaci%F3n%7CTema%7CEstado%20de%20Vigencia%7CAutor%7CJuridicci%F3n&t=1>

BUENOS AIRES, Decreto-lei 14.436, 22 de Maio de 1958, Boletín Oficial, 23 de Maio de 1958. Id SAIJ: LNN0018525

Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/14436-nacional-lnn0018525-1958-05-22/123456789-0abc-defg-g52-58100ncanyel?>>>

BUENOS AIRES, Decreto-lei 14.441, 12 de Junho de 1958 Boletín Oficial, 3 de Julho de 1958
Id SAIJ: LNN0021045

Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/14441-nacional-lnn0021045-1958-06-12/123456789-0abc-defg-g54-01200ncanyel?q=%28numero-norma%3A14441%20%29%20AND%20fecha-rango%3A%5B19580101%20TO%2019581231%5D&o=0&f=Total%7CTipo%20de%20Documento/Legislaci%F3n%7CFecha%7COrganismo%7CPublicaci%F3n%7CTema%7CEstado%20de%20Vigencia%7CAutor%7CJuridicci%F3n&t=1>>

ANEXOS

Anexo A – O traje hermético



O traje hermético fabricado por Juan, Favalli e Lucas, para se protegerem da neve da morte.

(OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 42)

Anexo B – “Os Cascudos”



À direita, abaixo, os “cascudos” carregam Juan Salvo. (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 151)

Anexo C – “O mão”



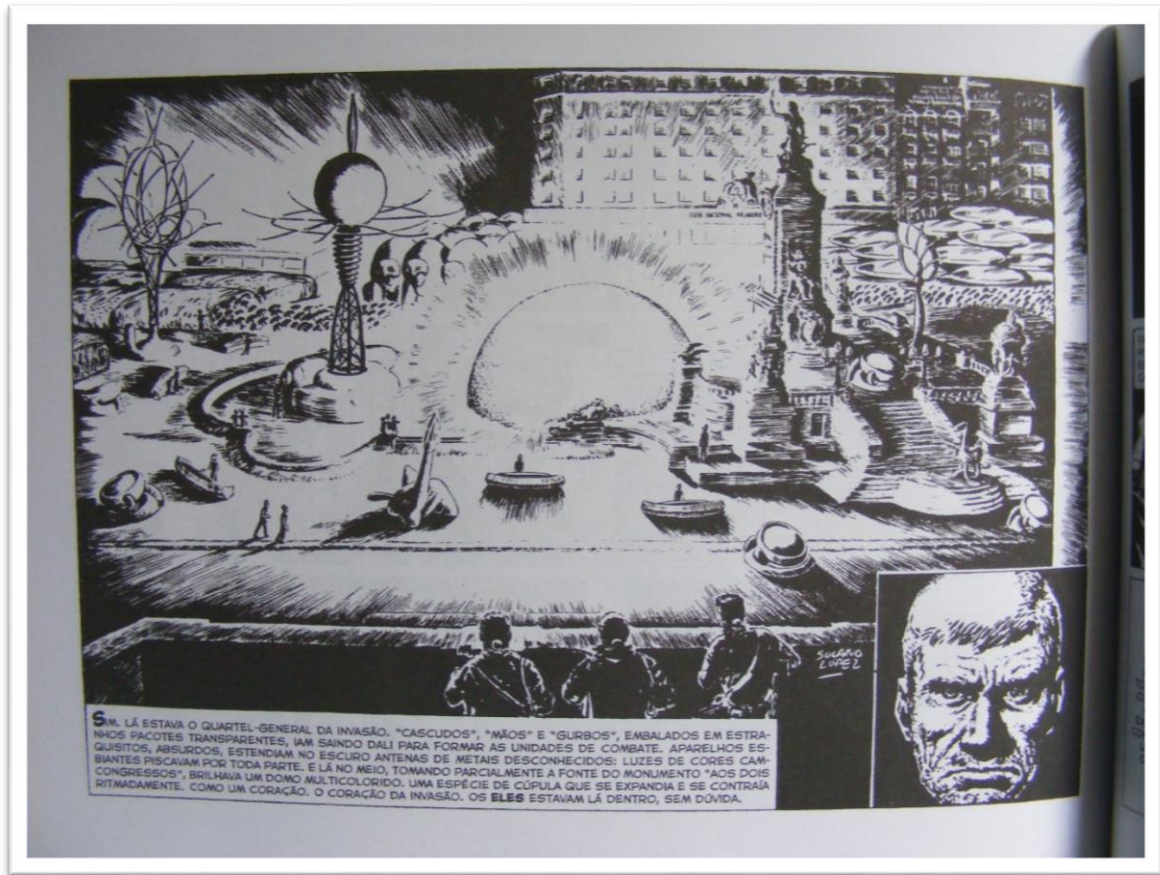
À Direita, um "mão". (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 152)

Anexo D – “Os Gurbos”



Um “gurbo” destrói um tanque do exército. Estima-se que pesasse centenas de toneladas. (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 211)

Anexo E – O Quartel General



O Quartel General da Invasão – centro, a redoma onde se escondem os desconhecidos “Eles”.
 (OESTERHELD & LÓPEZ, 2011, p. 264)